



REPÚBLICA DO BRASIL

# Diário Oficial

ESTADO DO PARÁ

**Diretor Geral — Dr. RAYMUNDO DE SENA MAUES**

**ORDEM E PROGRESSO**

ANO LXXVI — 77º DE REPÚBLICA — NUM. 21.087 BELEM — SEXTA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 1967

## SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA

### DECRETO DE 4 DE AGOSTO DE 1967

O Governador do Estado: resolve exonerar, ex-officio, de acordo com o artigo 75, item II, da lei número 749 de 24 de Dezembro de 1953, Francisco Lobo de Souza, do cargo de Adjunto de Promotor Público do Interior, lotado no Termo Sede da Comarca de Obidos.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de agosto de 1967.

**Dr. JOAO RENATO FRANCO**  
Governador do Estado em exercício

**Dr. Moacir Guimarães Morais**  
Secretário de Estado do Interior e Justiça  
(G. Reg. n. 9826 — Dia — 11.8.67).

### DECRETO DE 4 DE AGOSTO DE 1967

O Governador do Estado: resolve exonerar, a pedido de acordo com o artigo 75, item I, da lei número 749 de 24 de Dezembro de 1953, a bacharela Roma Keiko Kobayashi, do cargo de Pretor do Interior, lotado em Juruti, Termo da Comarca de Obidos.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de agosto de 1967.

**Dr. JOAO RENATO FRANCO**  
Governador do Estado em exercício

**Dr. Moacir Guimarães Morais**  
Secretário de Estado do Interior e Justiça

(G. Reg. n. 9829 — Dia — 11.8.67).

### DECRETO DE 4 DE AGOSTO DE 1967

O Governador do Estado: resolve exonerar, de acordo com o artigo 75, item II, da Lei número 749 de Dezembro de 1953, Salomão Matos, do cargo de Adjunto de Promotor Público

## GOVERNO DO ESTADO

### Governador

**Tenente Coronel ALACID DA SILVA NUNES**

### Vice-Governador

**Dr. JOAO RENATO FRANCO**

**Chefe do Gabinete Civil**

**Dr. OSVALDO SAMPAIO MELO**

**Chefe do Gabinete Militar**

**Ten. Cel. WALTER SILVA**

**Secretário de Estado de Governo**

**Prof. CLOVIS SILVA DE MORAIS REGO**

**Secretário de Estado do Interior e Justiça**

**Dr. RICARDO BORGES FILHO**

**Secretário de Estado de Finanças**

**Dr. ALFREDO SILVA DE MORAES REGO**

**Secretário de Estado da Viação e Obras Públicas**

**Srs. JOSE MARIA DE AZEVEDO BARBOSA**

**Secretário de Estado de Saúde Pública**

**Dr. CARLOS GUIMARAES PEREIRA DA SILVA**

**Secretário de Estado de Educação e Cultura**

**Dr. ACY DE JESUS NEVES DE BARROS FERREIRA**

**Secretário de Estado de Agricultura**

**Sarg. Agt. WALMIR HUGO DOS SANTOS**

**Secretário de Estado de Segurança Pública**

**Dr. JOSE MARIA DE VASCONCELOS MACHADO**

**Departamento do Serviço Público**

**Sr. JOSE NOGUEIRA SOBRINHO**

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

do Interior, lotado em Salvaterra, da Comarca de Soure.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de agosto de 1967.

**Dr. JOAO RENATO FRANCO**  
Governador do Estado em exercício

**Dr. Moacir Guimarães Morais**  
Secretário de Estado do Interior e Justiça

(G. Reg. n. 9828 — Dia — 11.8.67).

### DECRETO DE 4 DE AGOSTO DE 1967

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o artigo 12, item IV, alínea A da Lei número 749 de 24 de Dezem-

bro de 1953, o bacharel José Alberto Soares Maia, para exercer em substituição, o cargo de Promotor Público da Comarca da Capital, durante o impedimento do titular, bel. Mário Cavalcante Sucupira.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de agosto de 1967.

**Dr. JOAO RENATO FRANCO**  
Governador do Estado em exercício

**Dr. Moacir Guimarães Morais**  
Secretário de Estado do Interior e Justiça

(G. Reg. n. 9846 — Dia — 11.8.67).

### DECRETO DE 4 DE AGOSTO DE 1967

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o artigo 112, da lei número 3.653, de 27.1.1966 (Código Judiciário do Estado) a bacharela Roma Keiko Kobayashi, para exercer o cargo de Pretor do Interior, lotado em Jacundá, Termo da Comarca de Tucuruí.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de agosto de 1967.

**Dr. JOAO RENATO FRANCO**

Governador do Estado em exercício

**Dr. Moacir Guimarães Morais**  
Secretário de Estado do Interior e Justiça

(G. Reg. n. 9835 — Dia — 11.8.67).

### DECRETO DE 4 DE AGOSTO DE 1967

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o artigo 35, parágrafo único, da Lei número 3.346, de 17.9.1965 (Código do Ministério Público) Antonio Mendonça Junior, para exercer o cargo de Adjunto de Promotor Público do Interior, lotado em Salvaterra, Termo da Comarca de Soure, vago com a exoneração de Salomão Matos.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de agosto de 1967.

**Dr. JOAO RENATO FRANCO**  
Governador do Estado em exercício

**Dr. Moacir Guimarães Morais**  
Secretário de Estado do Interior e Justiça

(G. Reg. n. 9830 — Dia — 11.8.67).

### DECRETO DE 4 DE AGOSTO DE 1967

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o artigo 35, parágrafo único, da lei número 3.346, de 17.9.1965 (Código do Ministério Público) Antonio Graciliano Elizario, para exercer o cargo de Adjunto de Promotor Público do Interior, lotado no Termo Sede da Comarca de Obidos, vago com a



**IMPrensa Oficial do Estado**

Redação, Administração e Oficinas:

Avenida Almirante Barroso, 735 — Fone: 9998

Diretor Geral — Dr. RAYMUNDO DE SENA MAUES

Redator-Chefe, substituto — Eunice Favacho de Araújo

**TABELA DE ASSINATURAS E PUBLICIDADE  
EXPEDIENTE**

ASSINATURAS	VENIO DE DIARIOS
NCR\$	NCR\$
Anual . . . . . 30,00	Número avulso . . . . . 0,15
Semestral . . . . . 15,00	Número atrasado ao ano . . . . . 0,06
	Página comum — PARA PUBLICAÇÕES cada centímetro . . . . . 0,70
OUTROS ESTADOS E MUNICIPIOS	Página de contabili- dade — preço fixo 80,00
Anual . . . . . 40,00	
Semestral . . . . . 20,00	

A Diretoria, das sete e trinta (7,30) às doze e trinta (12,30) horas.  
As Repartições Públicas devem remeter a matéria destinada à publicação até às doze e trinta (12,30) horas, exceto aos sábados em original datilografado em uma face do papel e devidamente autenticado, devendo as rasuras e emendas serem sempre ressalvadas por quem de direito. As reclamações nos casos de erros ou omissões deverão ser formulados por escrito horas e no máximo vinte e quatro (24,00) horas após a saída do Órgão Oficial. A matéria paga será recebida das oito às doze e trinta (8,00 às 12,30) horas, diariamente exceto aos sábados.

— Excetuadas as assinaturas para o interior, que serão sempre anuais, as mesmas poder-se-ão tomar em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— As assinaturas vencidas serão suspensas sem aviso.

— Para facilitar aos clientes a verificação do prazo da validade e suas assinaturas, na parte superior o endereço, vão impressos o número do talão do registro, o mês e o ano que findará.

— A fim de evitar solução de continuidade do recebimento dos jornais devem os assinantes providenciar a respectiva renovação, com antecedência mínima até trinta (30) dias.

— As Repartições Públicas cingir-se-ão às assinaturas anuais renovadas até 28 de fevereiro de cada ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos solicitamos aos senhores clientes, quanto à sua publicação, preferência a remessa por meio de cheques ou vale postal, emitindo a favor do Diretor Geral da IMPRENSA OFICIAL.

— Os suplementos às edições dos Órgãos Oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

exoneração, ex-officio, de Francisco Lobo de Souza.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de agosto de 1967.

Dr. JOÃO RENATO FRANCO  
Governador do Estado em exercício

Dr. Moacir Guimarães Morais  
Secretário de Estado do Interior e Justiça  
(G. Reg. n. 9831 — Dia — 11.8.67).

**DECRETO DE 4 DE AGOSTO DE 1967**

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o artigo 12, item IV, alínea A, da lei número 749 de 24 de Dezembro de 1953, o bel. Carlos Ailson Peixoto, para exercer, em substituição, o cargo de Promotor Público da Capital, durante o impedimento do titular bel. Raimundo de Albuquerque Maranhão.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de agosto de 1967.

Dr. JOÃO RENATO FRANCO  
Governador do Estado em exercício  
Dr. Moacir Guimarães Morais  
Secretário de Estado do Interior e Justiça  
(G. Reg. n. 9832 — Dia — 11.8.67).

**DECRETO DE 4 DE AGOSTO DE 1967**

O Governador do Estado: resolve exonerar, a pedido de acordo com o artigo 75, item I, da lei número 749 de 24 de Dezembro de 1953, o bacharel Haroldo Julião da Gama, do cargo de Pretor do Interior, lotado no Termo Único da Comarca de Abaetetuba.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de agosto de 1967.

Dr. João Renato Franco  
Governador do Estado em exercício

Dr. Moacir Guimarães Morais  
Secretário de Estado do Interior e Justiça  
(G. Reg. n. 9824 — Dia — 11.8.67).

**SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS****DECRETO DE 27 DE JULHO DE 1967**

O Governador do Estado: resolve conceder, de acordo com o artigo 98, da lei número 749 de 24 de Dezembro de 1953, a Dulcídio de Oliveira Costa, ocupante do cargo de Inspetor de Rendas do Interior, lotado no Departamento de Exatarias do Interior, 120 dias de licença para tratamento de saúde a contar

de 14 de junho a 11 de outubro do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 27 de julho de 1967.  
Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado  
Dr. Alfredo Silva de Moraes  
Rêgo

Secretário de Estado de Finanças  
(G. Reg. n. 9839 — Dia — 11.8.1967).

**DECRETO DE 31 DE JULHO DE 1967**

O Governador do Estado: resolve conceder, de acordo com o artigo 98, da Lei número 749 de 24 de Dezembro de 1953, a Antonia Lima Garces, ocupante do cargo de Escriturária Apurador Nível 2, do Quadro Único, lotado no Departamento de Receita, 60 dias de licença para tratamento de saúde a contar de 26 de junho a 24 de agosto do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 31 de julho de 1967.

Dr. JOÃO RENATO FRANCO  
Governador do Estado em exercício

Dr. Alfredo Silva de Moraes  
Rêgo  
Secretário de Estado de Finanças

(G. Reg. n. 9838 — Dia — 11.8.1967).

**DECRETO DE 31 DE JULHO DE 1967**

O Governador do Estado: resolve conceder, de acordo com o artigo 98, da lei número 749 de 24 de Dezembro de 1953, a Odete de Souza Cardoso, extranumerário diarista, da Secretaria de Estado de Finanças, 30 dias de licença para tratamento de saúde a contar de 25 de junho a 25 de julho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 31 de julho de 1967.

Dr. JOÃO RENATO FRANCO  
Governador do Estado em exercício

Dr. Alfredo Silva de Moraes  
Rêgo  
Secretário de Estado de Finanças

(G. Reg. n. 9844 — Dia — 11.8.1967).

**DECRETO DE 31 DE JULHO DE 1967**

O Governador do Estado: resolve conceder, de acordo com o artigo 98, da lei número 749 de 24 de Dezembro de 1953, a Ivan Martins Vidal, ocupante do cargo de Coletor Nível 4, do Quadro Único, 90 dias de licença, em prorrogação para tratamento de saúde a contar de 27 de março a 24 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 31 de julho de 1967.

Dr. JOÃO RENATO FRANCO  
Governador do Estado em exercício

Dr. Alfredo Silva de Moraes  
Rêgo  
Secretário de Estado de Finanças

(G. Reg. n. 9840 — Dia — 11.8.1967).

**DECRETO DE 31 DE JULHO DE 1967**

O Governador do Estado: resolve assegurar, de acordo com o artigo 179, item I, da Constituição Política do Estado, estabilidade ao servidor Henrique de Azevedo Maués, extranumerário-Diarista da Secretaria de Estado de Saúde Pública.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 31 de julho de 1967.

Dr. JOÃO RENATO FRANCO  
Governador do Estado em exercício

Dr. Alfredo Silva de Moraes  
Rêgo  
Secretário de Estado de Finanças

(G. Reg. n. 9845 — Dia — 11.8.1967).

**DECRETO DE 31 DE JULHO DE 1967**

O Governador do Estado: resolve assegurar, de acordo com o artigo 179, item I, da Constituição Política do Estado, estabilidade ao servidor Ananias Jacinto da Costa, no cargo de Guarda, Nível 1, do Quadro Único, que exerce atualmente, com lotação em Mesas de Rendas, Coletorias e Postos Fiscais da Secretaria de Estado de Finanças.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 31 de julho de 1967.

Dr. JOÃO RENATO FRANCO  
Governador do Estado em exercício

Dr. Alfredo Silva de Moraes  
Rêgo  
Secretário de Estado de Finanças

(G. Reg. n. 9836 — Dia — 11.8.1967).

**DECRETO DE 4 DE AGOSTO DE 1967**

O Governador do Estado: resolve conceder, de acordo com o artigo 98, da lei número 749 de 24 de Dezembro de 1953, a Rosalia Ruth Franco de Castro, ocupante do cargo de Datilógrafo Nível 2, do Quadro Único, lotado na Secretaria de Estado de Finanças, 60 dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogação, a contar de 10 de março a 29 de abril do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 4 de agosto de 1967.

Dr. JOÃO RENATO FRANCO  
Governador do Estado em exercício

Dr. Alfredo Silva de Moraes  
Rêgo  
Secretário de Estado de Finanças

(G. Reg. n. 9842 — Dia — 11.8.1967).



**SECRETARIA DE ESTADO DE  
VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS  
DECRETO DE 27 DE JULHO  
DE 1967**

O Governador do Estado resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749 de 24 de Dezembro de 1953, a José Maria Cardoso Raiol, ocupante do cargo de Escriurário Padrão D, do Quadro Único, lotado da Secretaria de Estado de Obras e Terras, 45 dias de licença em prorrogação para tratamento de saúde a contar de 17 de março a 30 de abril do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 27 de julho de 1967.  
Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado  
Eng. José Maria de Azevedo Barbosa  
Secretário de Estado da Viação e Obras Públicas

(G—Reg. n. 9841)

**SECRETARIA DE ESTADO  
DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

**DEPARTAMENTO DE  
ADMINISTRAÇÃO**

**CONTRATO** Particular de locação entre partes como locador M.F. Gomes, Comércio e Indústria S.A., representada pelo seu Diretor Presidente Manoel Fernandes Gomes e como locatário a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, como abaixo melhor se expõe:

Pelo presente instrumento particular, de locação, e a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, através de seu Titular, tem justo e contratado entregar o primeiro à segunda, em locação, o prédio, de sua propriedade, situada à Av. Magalhães Barata (Prédio), lojas n. 55/56, 57 e 59 (baixos) na cidade de Castanhal neste Estado do Pará, mediante as cláusulas seguintes:

I — O prédio ora locado, destina-se ao funcionamento do Grupo Escolar de Castanhal.

II — A prazo de locação é de 2 meses a começar no dia 1.1.67 e a terminar no dia 28.2.67.

III — O valor da locação é de Cr\$ 290.000 (Duzentos e noventa mil cruzeiros), pagos em parcelas mensais de Cr\$ 145.000 (cento e quarenta e cinco mil cruzeiros).

IV — O local para pagamento será a Divisão de Finanças do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação e Cultura.

V — As despesas decorrentes das taxas cobradas pelo fornecimento de água e luz e o Imposto Predial que recair sobre o imóvel, bem como qualquer outra exigência das autoridades municipais e sanitárias, durante a vigência deste Contrato, são de responsabilidade exclusiva do locatário e independente de qualquer indenização.

VI — A locatário se obriga a entregar o imóvel no fim da locação, nas mesmas condições em que o recebeu.

VII — A falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato, implica na sua imediata rescisão, independente de qualquer interpelação judicial ou extra-judicial, ficando a parte infratora obrigada a pagar a outra, a título de multa contratual, a quantia de Cr\$ 100.000 (Cem mil cruzeiros), e mais as despesas processuais e honorárias do advogado daquele que tiver de defender a integridade.

E por estarem justas e contratadas, indicam o Fórum desta Comarca de Belém para decidir as questões resultantes deste contrato e assinam o presente documento, juntamente com duas testemunhas idôneas, em cinco (5) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito.

Belém, 3 de março de 1967  
Acy de Jesus Neves de Barros Pereira

Locatário  
Manoel Fernandes Gomes  
Locador

**TESTEMUNHAS:**

Judimas Figueiredo Fonseca  
Antonio Fátima Novais Nobre  
**CARTÓRIO CHERMONT**

Reconheço por semelhança as assinaturas supras de Manoel Fernandes Gomes Judimas Figueiredo Fonseca, Antonio Fátima Novais Nobre, Acy de Jesus Neves de Barros Pereira.

Belém, 7 de março de 1967  
Eh testemunho Z. V. da verdade.

(a) ZENO VELOSO  
Tabelião Autorizado  
(C) Reg. n. 2764 — Dia —

**CONTRATO** Particular de locação entre partes como locador Manoel Fernandes Gomes, português, casado, Industrial, domiciliado e residente em Belém do Pará e como locatário a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, como abaixo melhor se expõe:

Pelo presente instrumento particular, de locação, e a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, através de seu Titular, tem justo e contratado entregar o primeiro à segunda, em locação, o prédio, de sua propriedade, situado à Rua Antonio Lemos, s.n. na cidade de Castanhal, mediante as cláusulas seguintes:

I — O prédio ora locado, destina-se ao funcionamento do Grupo Escolar de Castanhal.

II — O prazo de locação é de 2 meses a começar no dia 1.1.67 e a terminar no dia 28.2.67.

III — O valor da locação é de Cr\$ 200.000 (Duzentos mil cruzeiros), pagos em parcelas mensais de Cr\$ 100.000 (Cem mil cruzeiros).

IV — O local para pagamento será a Divisão de Finanças do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação e Cultura.

V — As despesas decorrentes das taxas cobradas pelo fornecimento de água e luz e o Imposto Predial que recair sobre o imóvel, bem como qualquer outra exigência das autoridades municipais e sanitárias, durante a vigência deste Contrato, são de responsabilidade exclusiva do locatário e independente de qualquer indenização.

VI — A locatária se obriga a entregar o imóvel no fim da locação, nas mesmas condições em que o recebeu.

VII — A falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato, implica na sua imediata rescisão, independente de qualquer interpelação judicial ou extra-judicial, ficando a parte infratora obrigada a pagar a outra, a título de multa contratual, a quantia de Cr\$ 100.000 (Cem mil cruzeiros) e mais as despesas processuais e honorárias do advogado daquele que tiver de defender a integridade.

E por estarem justas e contratadas, indicam o Fórum desta Comarca de Belém para decidir as questões resultantes deste contrato e assinam o presente documento, juntamente com duas testemunhas idôneas, em cinco (5) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito.

Belém, 3 de março de 1967

Acy de Jesus Neves de Barros Pereira

Secretário de Estado de Educação e Cultura

Locatário

OSVALDINA DA COSTA

Locador

**TESTEMUNHAS:**

Daniel Costa

Francisco França Alves Corrêa

**CARTÓRIO DINIZ**

Reconheço as assinaturas de Acy de Jesus Neves de Barros Pereira, Osvaldina da Costa, Daniel Costa e Francisco Gonçalves Cruz.

Belém, 5 de Abril de 1967

Em testemunho J.V.M.C. da verdade.

Jacyntho Vasconcelos Moreira de Castro — Tabelião Viliçio.

(G. Reg. n. 2763 — Dia —

**CONTRATO** Particular de locação entre partes como locador Osvaldina da Costa e como locatário a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, como abaixo melhor se expõe:

Pelo presente instrumento particular, de locação, e a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, através de seu Titular tem justo e contratado entregar o primeiro à segunda, em locação o prédio, de sua propriedade, situado à Rodovia Vigia-João Coêlho mediante as cláusulas seguintes:

I — O prédio ora locado, destina-se ao funcionamento da Escola Isolada Mista do Quilômetro 57.

II — O prazo de locação é de 12 meses a começar no dia 1.1.67 e a terminar no dia 31.12.67.

III — O valor da locação é de NCr\$ 300,00 pagos em parcelas mensais de NCr\$ 25,00.

IV — O local para pagamento será a Divisão de Finanças do Departamento de Administração da Secretaria



de Estado de Educação e Cultura.

V — As despesas decorrentes das taxas cobradas para o fornecimento de água e luz e o Imposto Predial que recair sobre o imóvel, bem como qualquer outra exigência das autoridades municipais e sanitárias, durante a vigência deste Contrato, são de responsabilidade exclusiva do locador e independente de qualquer indenização.

VI — A locatária se obriga a entregar o imóvel no fim da locação, nas mesmas condições em que o recebeu.

VII — A falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato, implica na sua imediata rescisão, independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, ficando a parte infratora obrigada a pagar a outra, a título de multa contratual, a quantia de ..... NCr\$ 100,00 (Cem cruzeiros novos), e mais as despesas processuais e honorários do advogado daquele que tiver de defender a integridade.

E por estarem justas e contratadas, indicam o Fórum desta Comarca de Belém para decidir as questões resultantes destes contrato e assinam o presente documento, juntamente com duas testemunhas idôneas, em cinco (5) vias de igual teor e forma para todos os fins de direito.

Belém, 3 de abril de 1967

Acy de Jesus Neves de

Barros Pereira

Secretário de Estado de

Educação e Cultura

Locatário

Manoel Fernandes Gomes

Locador

TESTEMUNHAS:

Judimas Figueirêdo Fonseca

Antonio Fátima Novais Nobre

CARTÓRIO CHERMONT

Reconheço, por semelhança as assinaturas supras de Manoel Fernandes Gomes, Judimas Figueirêdo Fonseca, Antonio Fátima Novais Nobre e Acy de Jesus Neves de Barros Pereira.

Belém, 7 de março de 1967

Em testemunho Z. V. da verdade.

ZENO VELOSO

Tabelião autorizado

(G. Reg. n. 4431 — Dia 11.8.1967).

CONTRATO Particular de locação entre partes como locador Lilio Pereira da Miranda e como locatário a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, como abaixo melhor se expõe:

Pelo presente instrumento particular, de locação, e a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, através de seu Titular, tem justo e contratado entregar o primeiro a segunda, em locação, o prédio, de sua propriedade, situado no Povoado Pacamorenho, no Município de Curuçá mediante as cláusulas seguintes:

I — O prédio ora locado, destina-se ao funcionamento da Escola Pública do Supracitado Povoado.

II — O prazo de locação é de um ano a começar no dia 1.1.67 e a terminar no dia 31 de dezembro de 1967.

III — O valor da locação é de Cr\$ 60.000 pagos em parcelas mensais de ..... Cr\$ 5.000.

IV — O local para pagamento será a Divisão de Finanças do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação e Cultura.

V — As despesas decorrentes das taxas cobradas pelo fornecimento de água e luz e o Imposto Predial que recair sobre o imóvel, bem como qualquer outra exigência das autoridades municipais e sanitárias, durante a vigência deste Contrato, são de responsabilidade exclusiva do locador e independente de qualquer indenização.

VI — A locatária se obriga a entregar o imóvel no fim da locação, nas mesmas condições em que o recebeu.

VII — A falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato, implica na sua imediata rescisão, independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, ficando a parte infratora obrigada a pagar a outra, a título de multa contratual, a quantia de ..... Cr\$ 100.000 (Cem mil cruzeiros) e mais as despesas processuais e honorários do advogado daquele que tiver de defender a integridade.

E por estarem justas e contratadas, indicam o Fórum desta Comarca de Belém para decidir as questões resultantes

deste contrato e assinam o presente documento, juntamente com duas testemunhas idôneas, em cinco (5) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito.

Belém, 20 de fevereiro de 1967.

Lilio Pereira de Miranda

Acy de Jesus Neves de

Barros Pereira

Secretaria de Estado de

Educação e Cultura

TESTEMUNHAS:

Iracy de Jesus Negrão

Manoel Damasceno das J.

Cardoso

Belém, 22 de fevereiro de 1967.

CARTÓRIO DINIZ

Reconheço as firmas supra de, Lilio Pereira de Miranda e Acy de Jesus Neves de Barros Pereira, Iracy de Jesus Negrão Manoel Damasceno das J. Cardoso.

Belém, 22 de fevereiro de 1967

Em testemunho N.E.C.M. da verdade.

Ney Emil da Conceição

Messias

Escrevente autorizado

(G. Reg. n. 2130 — Dia 11.8.1967).

CONTRATO Particular de locação entre partes como locador Dionisio Rodrigues de Campos e como locatário a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, como abaixo melhor se expõe:

Pelo presente instrumento particular, de locação, e a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, através de seu Titular, tem justo e contratado entregar o primeiro a segunda, em locação, o prédio, de sua propriedade, situado à Avenida Marques de Herval n. 1315 mediante as cláusulas seguintes:

I — O prédio ora locado, destina-se ao funcionamento da Escola Reunida Raimundo Espindola.

II — O prazo de locação é de 2 meses a começar no dia 1.1.67 e a terminar no dia 28.2.67.

III — O valor da locação é de Cr\$ 220.000 pagos em parcelas mensais de ..... 110.000.

IV — O local para pagamento será a Divisão de Finanças do Departamento de Administração da Secretaria

de Estado de Educação e Cultura.

V — As despesas decorrentes das taxas cobradas pelo fornecimento de água e luz e o Imposto Predial que recair sobre o imóvel, bem como qualquer outra exigência das autoridades municipais e sanitárias, durante a vigência deste Contrato, são de responsabilidade exclusiva do locador e independente de qualquer indenização.

VI — A locatária se obriga a entregar o imóvel no fim da locação, nas mesmas condições em que o recebeu.

VII — A falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato, implica na sua imediata rescisão, independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, ficando a parte infratora obrigada a pagar a outra, a título de multa contratual, a quantia de ..... Cr\$ 100.000 (Cem mil cruzeiros), e mais as despesas processuais e honorários do advogado daquele que tiver de defender a integridade.

E por estarem justas e contratadas, indicam o Fórum desta Comarca de Belém para decidir as questões resultantes deste contrato e assinam o presente documento, juntamente com duas testemunhas idôneas, em cinco (5) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito.

Belém, 15 de fevereiro de 1967.

Acy de Jesus Neves de

Barros Pereira

Secretário de Estado de

Educação e Cultura

Dionisio Rodrigues de

Campos

TESTEMUNHAS:

Maria Gomes Dias

Felipe Albuquerque

CARTÓRIO CONDURU

Reconheço a assinatura de Acy de Jesus Neves de Barros Pereira.

Belém, 23 de fevereiro de 1967

Em testemunho H. P. da verdade.

(G. Reg. n. 2131 — Dia 11.8.1967).

CONTRATO Particular de locação entre partes como locador Antonia de Oliveira Nunes e como locatário a Secretaria de Estado de Educa-



ção e Cultura, como abaixo melhor se expõe:

Pelo presente instrumento particular, de locação, e a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, através de seu Titular, tem justo e contratado entregar o primeiro à segunda, em locação, o prédio de sua propriedade, situado à Rua Capitão Rosomiro s.n. mediante as cláusulas seguintes:

I — O prédio ora locado destina-se ao funcionamento da Escola anexa ao Grupo Escolar de Alenquer.

II — O prazo de locação é de 12 meses a começar no dia 1.1.67 e a terminar no dia 1.1.68.

III — O valor da locação é de Cr\$ 360.000 pagos em parcelas mensais de ..... Cr\$ 30.000.

IV — O local para pagamento será a Divisão de Finanças do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação e Cultura.

V — As despesas decorrentes das taxas cobradas pelo fornecimento de água e luz e o Imposto Predial que recair sobre o imóvel, bem como qualquer outra exigência das autoridades municipais e sanitárias, durante a vigência deste Contrato, são de responsabilidade exclusiva do locador e independente de qualquer indenização.

VI — A locatária se obriga a entregar o imóvel no fim da locação, nas mesmas condições em que o recebeu.

VII — A falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato, implica na sua imediata rescisão, independente de qualquer interpelação judicial ou extra-judicial, ficando a parte infratora obrigada a pagar a outra, a título de multa contratual, a quantia de ... Cr\$ 100.000 (Cem mil cruzeiros), e mais as despesas processuais e honorários do advogado daquele que tiver de defender a integridade.

E por estarem justas e contratadas, indicam o Fôro desta Comarca de Belém, para decidir as questões resultantes deste contrato e assinam o presente documento, juntamente com duas testemunhas idôneas, em cinco (5) vias de

igual teor e forma, para todos os fins de direito.

Belém, .. de ... de 1967

Antonia de Oliveira Nunes  
Acy de Jesus Neves de Barros Pereira

Secretário de Estado de Educação e Cultura

TESTEMUNHAS:  
Yolanda F. Monteiro Nunes  
Maria Dilce Cabral

#### CARTÓRIO CHERMONT

Reconheço por semelhança as assinaturas supras de Antonia de Oliveira Nunes, Acy de Jesus Neves de Barros Pereira, Yolanda F. Monteiro Nunes e Maria Dilce Cabral, Belém, 7 de março de 1967. Em testemunho H. M. da verdade.

Humberto Mendes.

(G. Reg. n. 2665 — Dia 11.8.1967).

Governo do Estado do Pará  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Contrato particular de locação entre partes como locador Manoel Marcelino da Silva, e como locatário a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, como abaixo melhor se expõe:

Pelo presente instrumento particular, de locação, e a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, através de seu titular tem justo e contratado entregar o primeiro à segunda, em locação o prédio, de sua propriedade, situado à Caranandéua, no Município de Acará, mediante as cláusulas seguintes:

I — O prédio ora locado, destina-se ao funcionamento da Escola Isolada Caranandéua.

II — O prazo de locação é de 12 meses a começar no dia 1.1.67 e a terminar no dia 31.12.67.

III — O valor da locação é de NCr\$ 60,00, pagos em parcelas mensais de NCr\$ 5,00.

IV — O local para pagamento será a Divisão de Finanças do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação e Cultura.

V — As despesas decorrentes das taxas cobradas para o fornecimento de água e luz e o Imposto Predial que re-

cair sobre o imóvel, bem como qualquer outra exigência das autoridades municipais e sanitárias, durante a vigência deste contrato, são de responsabilidade exclusiva do locador e independente de qualquer indenização.

VI — A locatária se obriga a entregar o imóvel no fim da locação, nas mesmas condições em que o recebeu.

VII — A falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato, implica na sua imediata rescisão, independente de qualquer interpelação judicial ou extra-judicial, ficando a parte infratora obrigada a pagar a outra, a título de multa contratual, a quantia de ..... NCr\$ 100,00 (cem cruzeiros novos), e mais as despesas processuais e honorários do advogado daquele que tiver de defender a integridade.

E por estarem justas e contratadas, indicam o Fôro desta Comarca de Belém, para decidir as questões resultantes deste contrato e assinam o presente documento, juntamente com duas testemunhas idôneas, em cinco (5) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito.

Belém, 30 de junho de 1967

Acy de Jesus Neves de Barros Pereira

Secretário de Estado de Educação e Cultura

Manuel Marcelino da Silva

Locador

TESTEMUNHAS:  
Doralina Pinto da Silva  
Azuila Pinto Corrêa

#### CARTÓRIO RIBAMAR SANTOS

Reconheço a firma supra de Manuel Marcelino da Silva. Em testemunho J.R.S.S. da verdade.

Belém, do Pará, 25 de julho de 1967.

(a) José Ribamar de Souza Santos

Tabelião Vitalício

#### CARTÓRIO DINIZ

Reconheço a firma supra de Acy de Jesus Neves de Barros Pereira.

Belém, 25 de julho de 1967. Em testemunho J. V. M. C. da verdade.

(a) Jacyntho Vasconcellos Moreira de Castro, Tabelião Vitalício.

(G. Reg. n. 2331 — Dia —

CONTRATO Particular de locação entre partes como locador Antonio Amâral Dias e como locatário a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, como abaixo melhor se expõe:

Pelo presente instrumento particular, de locação, e a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, através de seu Titular tem justo e contratado entregar o primeiro à segunda, em locação o prédio, de sua propriedade situado à Estrada de Maracanã, Povoado quilômetro 39 mediante as cláusulas seguintes:

I — O prédio ora locado, destina-se ao funcionamento da Escola Isolada Mista do Povoado quilômetro 39, Estrada de Maracanã.

II — O prazo de locação é de 12 meses a começar no dia 1.1.1967 e a termina no dia 31.12.1967.

III — O valor de locação é de NCr\$ 120,00 pagos em parcelas mensais de ..... NCr\$ 10,00.

IV — O local para pagamento será a Divisão de Finanças do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação e Cultura.

V — As despesas decorrentes das taxas cobradas para o fornecimento de água e luz e o Imposto Predial que recair sobre o imóvel, bem como qualquer outra exigência das autoridades municipais e sanitárias, durante a vigência deste Contrato, são de responsabilidade exclusiva do locador e independente de qualquer indenização.

VI — A locatária se obriga a entregar o imóvel no fim da locação, nas mesmas condições em que o recebeu.

VII — A falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato, implica na sua imediata rescisão, independente de qualquer interpelação judicial ou extra-judicial, ficando a parte infratora obrigada a pagar a outra, a título de multa contratual, a quantia de ..... NCr\$ 100,00 (Cem cruzeiros novos), e mais as despesas processuais e honorários do advogado daquele que tiver de defender a integridade.

E por estarem justas e contratadas indicam o Fôro desta Comarca de Belém para



decidir as questões resultantes deste contrato e assinam o presente documento, juntamente com duas testemunhas idôneas, em cinco (5) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito.

Belém, 4 de Abril de 1967.

P. P. Izabel Amaral Dias —  
Locador

Acy de Jesus Neves de  
Barros Pereira...

Secretário de Estado de  
Educação e Cultura  
Locatário

TESTEMUNHAS:

a) Ilegível

Laura Teixeira Sizo

CARTÓRIO QUEIROZ  
SANTOS

Reconheço por ter conferido com 4 outras existentes em meu arquivo as assinaturas supra assinaladas com esta seta.

Em sinal A.Q.S. da verdade.

Belém, 11 de Abril de 1967

a) ADRIANO QUEIROZ

SANTOS

Tab. Subst.

(G. Reg. n. 4432 — Dia — 11.8.1967).

CONTRATO Particular de locação entre partes como locador Izaias Alonso de Quadros e como locatário a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, como abaixo melhor se expõe:

Pelo presente instrumento particular, de locação, e a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, através de seu Titular tem justo e contratado entregar o primeiro à segunda, em locação o prédio, de sua propriedade, situado no Bairro da Alegria, em Bragança mediante as cláusulas seguintes:

I — O prédio ora locado, destina-se ao funcionamento da Escola Izolada de Bairro de Alegria, em Bragança.

II — O prazo de locação é de 12 meses a começar no dia 1.1.1967 e a terminar no dia 31.12.1967.

III — O valor da locação é de NCr\$ 240,00 pagos em parcelas mensais de ..... NCr\$ 20,00.

IV — O local para pagamento será a Divisão de Finanças do Departamento de Administração da Secretaria

de Estado de Educação e Cultura.

V — As despesas decorrentes das taxas cobradas para o fornecimento de água e luz e o Imposto Predial que recair sobre o imóvel, bem como qualquer outra exigência das autoridades municipais e sanitárias, durante a vigência deste Contrato, são de responsabilidade exclusiva do locador e independente de qualquer indenização.

VI — A locatária se obriga a entregar o imóvel no fim da locação, nas mesmas condições em que o recebeu.

VII — A falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato, implica na sua imediata rescisão independente de qualquer interpelação judicial ou extra-judicial, ficando a parte infratora obrigada a pagar a outra, a título de multa contratual, a quantia de NCr\$ 100,00 (Cem cruzeiros novos), e mais as despesas processuais e honorários do advogado daquele que tiver de defender a integridade.

E por estarem justas e contratadas, indicam o Fôro desta Comarca de Belém para decidir as questões resultantes deste contrato e assinam o presente documento, juntamente com duas testemunhas idôneas, em cinco (5) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito.

Belém, 17 de Abril de 1967

Acy de Jesus Neves de  
Barros Pereira

Izaias Alonso de Quadros

TESTEMUNHAS:

José Maria Rodrigues de  
Souza

2a. Testemunha Ilegível

CARTÓRIO QUEIROZ  
SANTOS

Reconheço, por ter conferido com outra existente em meu arquivo, 4 assinaturas acima.

Em sinal A.Q.S. da verdade.

Belém, 20 de Abril de 1967

Armando de Queiroz Santos

Tabelião Substituto

(G. Reg. n. 5176 — Dia — 11.8.1967).

CONTRATO Particular de locação entre partes como locador Antonio Cicero de Sousa e como locatário a Secretaria de Estado de Educação

e Cultura, como abaixo melhor se expõe:

Pelo presente instrumento particular, de locação, e a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, através de seu Titular tem justo e contratado entregar o primeiro à segunda, em locação o prédio, de sua propriedade, situado à Travessa 2a. de Queluz, n. 8, mediante as cláusulas seguintes:

I — O prédio ora locado, destina-se ao funcionamento da Escola Reunidas Dr. Anibal Duarte de Oliveira.

II — O prazo de locação é de 12 meses a começar no dia 3.4.67 e a terminar no dia 3.4.68.

III — O valor da locação é de NCr\$ 1.800,00 pagos em parcelas mensais de ..... NCr\$ 150,00.

IV — O local para pagamento será a Divisão de Finanças do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação e Cultura.

V — As despesas decorrentes das taxas cobradas para o fornecimento de água e luz e o Imposto Predial que recair sobre o imóvel, bem como qualquer outra exigência das autoridades municipais e sanitárias, durante a vigência deste Contrato, são de responsabilidade exclusiva do locador e independente de qualquer indenização.

VI — A locatária se obriga a entregar o imóvel no fim da locação, nas mesmas condições em que o recebeu.

VII — A falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato, implica na sua imediata rescisão, independente de qualquer interpelação judicial ou extra-judicial, ficando a parte infratora obrigada a pagar a outra, a título de multa contratual, a quantia de NCr\$ 100,00 (Cem cruzeiros novos), e mais as despesas processuais e honorários do advogado daquele que tiver de defender a integridade.

E por estarem justas e contratadas, indicam o Fôro desta Comarca de Belém para decidir as questões resultantes deste contrato e assinam o presente documento, juntamente com duas testemunhas idôneas em cinco (5) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito.

Belém, .... de .... de 1967.

Acy de Jesus Neves de

Barros Pereira

Antonio Cicero de Sousa

TESTEMUNHAS:

Oneide Lima Neri

Odemir Pereira de Araujo

CARTÓRIO CONDURC

Reconheço as assinaturas de Acy de Jesus Neves de Barros Pereira, Antonio Cicero de Sousa, Oneide Lima Neri, Odemir Pereira de Araujo.

Belém, 17 de abril de 1967

Em test. O.A.S. da verdade.

ODETE ANDRADE E SILVA

Escrevente juramentada no

inpt. oc. do Tab.

(G. Reg. n. 5177 — Dia — 11.8.1967).

CONTRATO Particular de locação entre partes como locador Nestor Neves da Costa e como locatário a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, como abaixo melhor se expõe:

Pelo presente instrumento particular, de locação e a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, através de seu Titular, tem justo e contratado entregar o primeiro à segunda, em locação, o prédio de sua propriedade, situado no Povoado Anderá, no município de Curuçá mediante as cláusulas seguintes:

I — O prédio ora locado, destina-se ao funcionamento da Escola Pública Estadual do Supracitado Povoado.

II — O prazo de locação é de um ano a começar no dia 1.1.66 e a terminar no dia 31 de dezembro de 1966.

III — O valor da locação é de Cr\$ 60.000,00 pagos em parcelas mensais de ..... Cr\$ 5.000,

IV — O local para pagamento será a Divisão de Finanças do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação e Cultura.

V — As despesas decorrentes das taxas cobradas pelo fornecimento de água e luz e o Imposto Predial que recair sobre o imóvel, bem como qualquer outra exigência das autoridades municipais e sanitárias, durante a vigência deste Contrato, são de responsabilidade exclusiva do locador.



cador e independente de qualquer indenização.

VI — A locatária se obriga a entregar o imóvel no fim da locação, nas mesmas condições em que o recebeu.

VII — A falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato, implica na sua imediata rescisão, independente de qualquer interpelação judicial ou extra-judicial, ficando a parte infratora obrigada a pagar a outra, a título de multa contratual, a quantia de .... Cr\$ 100.000 (Cem mil cruzeiros), e mais as despesas processuais e honorários do advogado daquele que tiver de defender a integridade.

E por estarem justas e contratadas, indicam o Foro desta Comarca de Belém para decidir os questões resultantes deste contrato e assinam o presente documento, juntamente com duas testemunhas idôneas, em cinco (5) vias de igual teor e forma, para

todos os fins de direito.

Belém, .. de .... de 1967

Acy de Jesus Neves de

Barros Pereira

Nestor Neves da Costa

TESTEMUNHAS:

Salvador Borges Junior

Estefânia da Conceição Borges

ANTONIO DA CUNHA COUTO — Tabelião de Notas e Oficial do Registro Civil — Curuçá — Para — Brasil — Reconheço as assinaturas supra de Nestor Neves de Castro, Salvador Borges Junior e Estefânia da Conceição Borges. Curuçá, 13 de abril de 1967. Em test. A. C.C. da verdade — Antonio da Cunha Couto, Tabelião.

CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO — Reconheço a firma supra de Acy de Jesus Neves de Barros Pereira e Antonio da Cunha Couto. — Em testemunho M.N.A.S. da verade. Belém, 19 de abril de 1967. — Maria de Nazaré Araújo Santos, p/Tabelião.

(G. Reg. n. 4774 — Dia — 11.8.1967).

## ANÚNCIOS

### ROMULO MAIORANA — ROPAS, CALÇADOS S/A. Assembleia Geral Extraordinária CONVOCAÇÃO

Convidamos os nossos acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 19 de agosto vindouro, às 8 horas, em sua sede social sita à Rua Conselheiro João Alfredo n. 284, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

a) leitura, discussão e aprovação do Balanço Geral, Lucros e Perdas, Relatório da Diretoria e Parecer do Conselho Fiscal, tudo relativo ao exercício de 1966;

b) eleição dos membros do Conselho Fiscal para o presente exercício;

c) eleição dos membros da Diretoria;

d) fixação dos honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal para o corrente exercício e e) o que ocorrer.

Belém, 3 de agosto de 1967.

a) DIRETORIA  
(Ext. Reg. 1.952 — Dias 9, 11 e 15/8/67)

### DELTA PUBLICIDADE S/A. Assembleia Geral Ordinária CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 19 do corrente, às 10 horas, em nossa sede social à Rua Santo Antônio n. 491 — 1º andar, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

a) Discussão do Relatório da Diretoria, Balanço e Contas re-

ferentes ao exercício encerrado em 30-12-66;

b) O que ocorrer.

Belém, 9 de agosto de 1967.

a) ROMULO MAIORANA  
Diretor.

(Ext. Reg. 1.950 — Dias 9, 11 e 15/8/67)

### DELTA PUBLICIDADE S/A. Ata de Assembleia Geral Extraordinária CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 19 do corrente, às 11 horas, em nossa sede social à Rua Santo Antônio n. 491 — 1º andar, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

a) Reformas dos Estatutos;

b) O que ocorrer.

Belém, 9 de agosto de 1967.

a) ROMULO MAIORANA  
Diretor.

(Ext. Reg. 1.951 — Dias 9, 11 e 15/8/67)

### PAN S/A — PUBLICIDADE, ANÚNCIOS, NEGÓCIOS Assembleia Geral Extraordinária CONVOCAÇÃO

Convidamos os nossos acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 19 de agosto vindouro, às 15 horas, em sua sede social à Avenida Senador Lemos n. 435, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

a) leitura, discussão e aprovação do Balanço Geral, Lucros e Perdas, Relatório da Diretoria e Parecer do Conselho Fiscal,

tudo relativo ao exercício de 1966;

b) eleição dos membros do Conselho Fiscal para o presente Exercício;

c) eleição dos membros da Diretoria;

d) fixação dos honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal para o corrente exercício e e) o que ocorrer.

Belém, 3 de agosto de 1967.

a) DIRETORIA

(Ext. Reg. 1.949 — Dias 9, 11 e 15/8/67)

### ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

#### SEÇÃO DO PARÁ

De conformidade com o disposto no art. 58 da lei 4.215, de 27 de abril de 1963, faço público que requereram inscrição no Quadro de Advogados desta Seção da Ordem dos Advogados do Brasil, os Bacharéis em Direito José Djalma Vieira Moutinho, Ronaldo Barata e Rubilar de Baraúna, brasileiros, residentes e domiciliados nesta capital.

Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Pará, em 1º de agosto de 1967.

(aa) Ricardo Borges Filho, — Secretário

T. n. 13129. Reg. n. 1931. Dias 8, 9, 10, 11 e 12-8-67).

### EMPRESA SOARES S/A

#### Assembleia Geral Extraordinária CONVOCAÇÃO

Convidamos os Senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 10 de Agosto de 1967, às Dezoito horas, na sede social à Av. Alcindo Cacela, n. 2119, para deliberarem sobre o seguinte:

a) Renúncia de um Diretor;

a) Alteração dos estatutos sociais; e

c) O que ocorrer.

Belém, 01 de Agosto de 1967.

a) A DIRETORIA

(G. Reg. n. 1942 — Dias 9, 10 e 11.8.67).

### CODESPAR — Companhia de Desenvolvimento Sul do Pará ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas da CODESPAR — Companhia de Desenvolvimento Sul do Pará, para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no próximo dia 28 de agosto de 1967, às 9 horas na sede da sociedade em Barreira do Campo, município de Santana do Araguaia, Comarca de Cordeiro do Araguaia, Estado do Pará, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) aumento do capital social

com recursos oriundos das Leis de Incentivos Fiscais;

b) — pedido de demissão de Diretor;

c) — eleição de novo Diretor;

d) — Fixação de honorários da Diretoria;

e) — alteração dos Estatutos Sociais;

f) — outros assuntos de interesse da sociedade.

Barreira do Campo, 8 de agosto de 1967.

a) — Flávio Pinho de Almeida  
Diretor-Presidente

(Reg. n. 1958. Dias 10, 11 e 12-8-67.)

### Estado do Pará PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA

#### SERVIÇO MUNICIPAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Edital de Concorrência Pública

Hugo Travassos da Rosa, Prefeito Municipal de Capanema,

Estado do Pará, República do Brasil, usando de suas atribuições legais,

FAZ SABER a quem interessar possa que se acham à venda as máquinas e veículos a seguir discriminados, pertencentes ao Serviço Municipal de Estradas de Rodagem, da Prefeitura Municipal de Capanema, nos termos da lei municipal nº 1967,

de 8 de julho de 1966, e sob autorização do 2º Distrito do ..

D.N.E.R.:

— 1 — (um) trator fabricado alemã (RDA), KT 50PL, de esteiras, motor nº 15179, 4 cilindros, Diesel, 63 HP, RPM sob

marcha 400, com bulldozer, no estado.

— 1 — (um) caminhão Ford F-600 B, 192 HP, motor V8, n. 14.924, número de série ..

F64AAOSB24808, em funcionamento.

Condições da concorrência:

1ª — As propostas devem ser apresentadas, separadamente para cada máquina, em envelope lacrado e com a indicação "Concorrência Pública — SMER"

na sede da Prefeitura Municipal de Capanema, até às 11 hs. do dia 25 (vinte e cinco) de agosto de 1967, sendo logo após abertas, examinadas e julgadas pela Comissão de Concorrência.

2ª — Não será tomada em consideração qualquer proposta que se limite a cobrir o valor das outras apresentadas.

3ª — O concorrente, cuja proposta for considerada a mais favorável, terá o prazo de quinze (15) dias para efetuar o pagamento total e promover, de sua conta, a retirada da coisa comprada.

4ª — A Prefeitura reserva-se o direito de anular a presente concorrência, no todo ou em parte.

E, para que não se alegue ignorância, vai presente Edital publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado e nos meios habituais de publicidade deste Município.

Capanema, Pa., 31 (trinta e um), de julho de 1967.

Hugo Travassos da Rosa  
Prefeito Municipal

(Reg. n. 1955. Dia 11-8-67)



**ESCRITURA PÚBLICA**

De constituição de sociedade anônima, sob a denominação de **COMPANHIA INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTARES DE SANTARÉM S/A.** — (CIPASA), como abaixo se declara:

Saibam quantos virem esta Escritura Pública que aos cinco (05) dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967), da Era Cristã, nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, Brasil, em meu Cartório, à travessa Frutuoso Guimarães número duzentos e vinte e sete (227), perante mim, tabelião, compareceram partes entre si justas e contratadas, como outorgantes e reciprocamente outorgados, **FRANCISCO RAIMUNDO COIMBRA LOBATO** e sua esposa **ELINOR CARMEN DE OLIVEIRA LOBATO**; **DARIO MENDES COIMBRA** e sua esposa **EUNICE DA COSTA COIMBRA**. todos brasileiros, casados, comerciantes; **CESAR SIMÕES RAMALHEIRO**, português, e sua esposa **HALAIDE DUARTE RAMALHEIRO**, brasileira; **SILVIO DOS SANTOS**, português, e sua esposa **NICIA DA COSTA SANTOS**, brasileira; todos residentes na cidade de Santarém, neste Estado, representados por seu bastante procurador **Sr. DORIVAL MÔNICO BELUCIO**, brasileiro, casado, contabilista, residente nesta cidade, consoante procurações de dezesseis (16) de junho de mil novecentos e sessenta e sete (1967), lavrada às folhas hum verso (1-Vº), do livro número dois (2), das notas do tabelião João de Souza Alho; e de dezoito (18) de junho de mil novecentos e sessenta e sete (1967), lavrada às folhas número oitenta e três (83), do livro número dezessete (17), das notas da Tabelião Maria do Carmo Bentes Vieira, ambas da Comarca de Santarém, neste Estado, que vão transcritas no traslado desta Escritura, depois de registradas no livro número oitenta e hum (81), de Registros deste Cartório, onde ficarão arquivadas; pessoas essas minhas conhecidas e das testemunhas adiante nomeadas e no fim desta assinadas, do que dou fé. E, pelo procurador dos outorgantes e reciprocamente outorgados, me foi declarado na presença das mesmas testemunhas, o seguinte: — QUE os outorgantes e reciprocamente outorgados deliberaram constituir uma sociedade anônima sob a denominação **"COMPANHIA INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTARES DE SANTARÉM S/A."** (CIPASA), com o capital de NCr\$ 60.000,00 (**SESENTA MIL CRUZEIROS NOVOS**), assim distribuído entre os seus integrantes, e dividido em ações ordinárias nominativas, do valor de NCr\$ 5,00 (**CINCO CRUZEIROS NOVOS**) cada uma: — **FRANCISCO RAIMUNDO COIMBRA LOBATO** — 2.400 (duas mil e quatrocentas) ações, no valor de NCr\$ 12.000,00

(**DOZE MIL CRUZEIROS NOVOS**); **ELINOR CARMEN DE OLIVEIRA LOBATO** — 600 (seiscentas) ações, no valor de NCr\$ 3.000,00 (**TRES MIL CRUZEIROS NOVOS**); **DARIO MENDES COIMBRA** — 2.400 (duas mil e quatrocentas) ações, no valor de NCr\$ 12.000,00 (**DOZE MIL CRUZEIROS NOVOS**); **EUNICE DA COSTA COIMBRA** — 600 (seiscentas) ações, no valor de NCr\$ 3.000,00 (**TRES MIL CRUZEIROS NOVOS**); **CESAR SIMÕES RAMALHEIRO** — 2.400 (duas mil e quatrocentas) ações, no valor de NCr\$ 12.000,00 (**DOZE MIL CRUZEIROS NOVOS**); **HALAIDE DUARTE RAMALHEIRO** — 600 (seiscentas) ações, no valor de NCr\$ 3.000,00 (**TRES MIL CRUZEIROS NOVOS**); **SILVIO DOS SANTOS** — 2.400 (duas mil e quatrocentas) ações, no valor de NCr\$ 12.000,00 (**DOZE MIL CRUZEIROS NOVOS**); e **NICIA DA COSTA SANTOS** — 600 (seiscentas) ações, no valor de NCr\$ 3.000,00 (**TRES MIL CRUZEIROS NOVOS**). QUE, do capital subscrito, cada um dos outorgantes e reciprocamente outorgados, depositou a quantia correspondente a 10% (dez por cento) do valor de cada ação subscrita, na Agência do Banco do Brasil S/A, em Santarém, conforme recibo número oitocentos e vinte e sete mil, seiscentos e sessenta e oito (827.668), expedido em vinte e cinco (25) de julho do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967) em cumprimento ao disposto no artigo primeiro (1º), do Decreto-lei cinco mil novecentos e cinquenta e seis (5.956), de primeiro (1º) de novembro de mil novecentos e quarenta e três (1943) e artigo dezoito (18), item V, da Lei quatro mil quinhentos e noventa e cinco (4.595), de trinta e hum (31) de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta e quatro (1964), cujo documento me foi exibido e é do teor seguinte: — **"BANCO DO BRASIL S/A.** — Número oitocentos e vinte e sete mil, seiscentos e sessenta e oito (827.668). — J. W. F. — Santarém — Pa., vinte e cinco (25) de julho de mil novecentos e sessenta e sete (1967). Duzentos e vinte e seis — Depósitos Especiais. 09 — Carteira de Crédito Geral (CREGE) — Saldos de outras origens. Dário Mendes Coimbra — Fundador da Companhia Industrial de Produtos Alimentícios de Santarém (CIPASA). Recebemos de Dário Mendes Coimbra, fundador, a quantia de seis mil cruzeiros novos (NCr\$ 6.000,00), referente a 10% (dez por cento) do capital social da Companhia Industrial de Produtos Alimentícios de Santarém (CIPASA), em cumprimento ao disposto no artigo 1º (primeiro) do Decreto-lei cinco mil novecentos e cinquenta e seis (5.956), de primeiro (1º) de novembro do ano de mil novecentos e quarenta e três (1943) e artigo dezoito (18),

item V, da Lei quatro mil quinhentos e noventa e cinco (4.595), de trinta e hum (31) de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta e quatro (1964), quantia essa distribuída entre diversos subscritores, conforme o anexo. **BANCO DO BRASIL S/A.** (aa): **WILDE DIAS DA FONSECA** — Chefe do Serviço. Gilberto Ferreira de Souza — Caixa". QUE o saldo devedor dos mesmos referidos acionistas, relativo à constituição do capital será pago à sociedade de acordo com chamados da Diretoria. QUE os primeiros diretores da Sociedade, para o período administrativo que irá até a posse de seus substitutos, a serem eleitos pela Assembleia Geral que examinará as contas e os atos relativos ao exercício social concluído, serão: — **DARIO MENDES COIMBRA**, Diretor Presidente; **CESAR SIMÕES RAMALHEIRO**, Diretor Industrial; **FRANCISCO COIMBRA LOBATO** e **SILVIO SANTOS**, Diretores. QUE o primeiro Conselho Fiscal da Sociedade será composto pelos seguintes membros: — Como efetivos: **UBALDO CAMPOS CORRÊA**, brasileiro, casado; **SAMPSON WALLACE**, brasileiro; e **KOFEI TUJI**, japonês, casado, todos comerciantes, residentes em Santarém; e como suplentes: — **JOSE MOACYR CATUNDA LOPES**, **MANOEL FAÇANHA DA COSTA** e **SERVULO OTAVIO MATOS**, todos brasileiros, casados, o primeiro comerciante e os últimos comerciantes, residentes também em Santarém. QUE a título de remuneração pró-labore, o Diretor Presidente e Diretor Industrial perceberão a quantia mensal de NCr\$ 600,00 (**SEISCENTOS CRUZEIROS NOVOS**) e os outros dois diretores a quantia mensal de NCr\$ 420,00 (**QUATROCENTOS E VINTE CRUZEIROS NOVOS**), enquanto que cada membro do Conselho Fiscal, quando em efetivo exercício de sua atividade, perceberá como honorários, a quantia fixa mensal de NCr\$ 1,00 (**HUM CRUZEIRO NOVO**). QUE a sociedade ora constituída se regerá pelas Leis do País e ainda pelos seguintes ESTATUTOS: — **CAPÍTULO I — DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FÓRO, OBJETO E DURAÇÃO.** ARTIGO 1º — Sob a denominação de **COMPANHIA INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTARES DE SANTARÉM S/A.** (CIPASA) fica constituída uma Sociedade Anônima, a qual se regerá pelos presentes ESTATUTOS e pelas disposições legais aplicáveis. ARTIGO 2º — A Sociedade tem sua sede, administração e foro na cidade de Santarém, Estado do Pará, podendo por deliberação da Diretoria, independentemente de qualquer novo pronunciamento da Assembleia Geral, criar, instalar, pôr em funcionamento e extinguir filiais, dependências, escri-

tórios, agências ou representantes em qualquer ponto do Território Estadual. ARTIGO 3º — O objeto social é a exploração da indústria de massas alimentícias, biscoitos, bolachas e similares, obedecidas às prescrições das leis e regulamentos específicos. Poderá a Diretoria contratar no País ou fora dele a aquisição do equipamento nacional ou estrangeiro, que for necessário para que a Sociedade preencha satisfatoriamente os seus fins. ARTIGO 4º — É indeterminado o tempo de duração da Sociedade. **CAPÍTULO II — DO CAPITAL SOCIAL.** ARTIGO 5º — O capital social é de NCr\$ 60.000,00 (**SESENTA MIL CRUZEIROS NOVOS**), dividido em 12.000 (doze mil) ações ordinárias no valor nominal de NCr\$ 5,00 (**CINCO CRUZEIROS NOVOS**) cada uma, nominativas. ARTIGO 6º — É facultada a emissão de títulos múltiplos de ação desde que solicitada pelo acionista. ARTIGO 7º — As ações são indivisíveis em relação à Sociedade que só reconhece um possuidor por ação. ARTIGO 8º — Em qualquer processo de aumento de capital, seja qual for a origem ou modalidade, os acionistas terão preferência na subscrição do mesmo, na proporção das ações que já possuírem na Sociedade, devendo, disso fazer prova o acionista titular de ações. **PARÁGRAFO ÚNICO** — Se a Sociedade vier futuramente a ter o seu capital formado por mais de uma classe de ações a preferência de subscrição do acionista será feita na classe das ações que possuir, guardada a respectiva proporcionalidade existente. ARTIGO 9º — Nenhum Acionista pode vender suas ações a terceiros sem prévio consentimento dos demais. Nesse caso o Acionista que desejar alienar suas ações comunicará por escrito à Diretoria e ao Conselho Fiscal esclarecendo o número de ações que deseja alienar e quanto pretende por elas. A Diretoria comunicará a decisão aos outros Acionistas e, os interessados deverão exercer de preferência até quinze (15) dias da data dessa comunicação. **PARÁGRAFO ÚNICO** — Havendo mais de um interessado, será exercido o direito de preferência na proporção das ações que os mesmos possuírem na empresa. Findo o prazo de preferência sem que nenhum acionista se manifeste, o vendedor pode efetuar a venda a quem melhor lhe aprouver. **CAPÍTULO III — DA ADMINISTRAÇÃO SOCIAL.** ARTIGO 10 — A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta de quatro (4) membros, acionistas ou não, residentes no País, os quais serão designados genericamente um Diretor Presidente, um Diretor Industrial e dois Diretores e que distribuirão entre si os encargos da administração social. ARTIGO 11 — Os Diretores serão



eleitos pela Assembleia Geral com direito a reeleição e com mandato de dois (2) anos. O mandato se expirará com a eleição e posse dos substitutos. ARTIGO 12 — Os diretores prestarão caução de vinte (20) ações da Sociedade em garantia de sua gestão, na forma da lei. Essas ações poderão ser próprias ou de terceiros desde que estes autorizem o vínculo das mesmas até a prestação de contas, pelos ditos diretores. ARTIGO 13 — A posse da Diretoria eleita ou designada dar-se-á com o ato da prestação da caução de que trata o artigo anterior. ARTIGO 14 — No caso de vaga de qualquer dos cargos da Diretoria, esta reunirá para escolher e nomear um substituto, que terá função até a data em que se reuna a primeira Assembleia Geral Ordinária, a qual elegerá o substituto com o mandato restrito ao tempo que restava para o substituído. PARÁGRAFO ÚNICO — Nos casos de impedimento ou ausência temporários de qualquer dos membros da Diretoria, a Sociedade será administrada pelos demais Diretores, em regime de acumulação de funções e sem qualquer acréscimo de suas remunerações. ARTIGO 15 — O Diretor Presidente e o Diretor Industrial terão cada um a remuneração mensal que lhes for fixada pela Assembleia Geral e os demais Diretores terão 70% (setenta por cento) da remuneração mensal fixada aos dois primeiros. ARTIGO 16 — A Diretoria fica investida de plenos e gerais poderes para praticar todos os atos relativos ao objeto social, como adiante se enumera, independente de autorização da Assembleia Geral. a) administrar todos os negócios da Sociedade, promovendo tudo quanto for necessário ou conveniente aos interesses sociais; b) nomear com estipulação de vencimentos, punir e demitir, o pessoal encarregado dos serviços da Sociedade, qualquer que seja a sua categoria; c) criar, instalar, pôr em funcionamento e extinguir filiais, dependências, escritórios, agências ou representantes em qualquer ponto do Território Estadual; d) autorizar os Diretores a outorgarem, em nome da Sociedade, poderes a gerentes, procuradores ou funcionários autorizados mediante prévia e expressa indicação dos poderes que deverão ser delimitados nos respectivos instrumentos de mandato; e) cumprir fielmente estes Estatutos, as deliberações das Assembleias Gerais, as Leis, os Regulamentos e os Contratos a que estiver sujeita a Sociedade. PARÁGRAFO ÚNICO — A representação da Sociedade, ativa ou passivamente, exigirá sempre as assinaturas conjuntas de, pelo menos, dois dos seus Diretores, ou seja o Diretor Presidente e outro Diretor exceto para os atos praticados judicialmente, que poderão contar ape-

nas com uma única assinatura do Diretor Presidente. CAPÍTULO IV — DO CONSELHO FISCAL — ARTIGO 17 — O Conselho Fiscal será composto de três membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária. ARTIGO 18 — O Conselho Fiscal exercerá as atribuições e terá os poderes que lhe confere a Lei. ARTIGO 19 — Os membros efetivos do Conselho Fiscal terão a remuneração mensal que lhes for fixada pela Assembleia Geral Ordinária que os eleger. ARTIGO 20 — Em caso de vaga de membro efetivo do Conselho Fiscal serão chamados a exercício, os suplentes dentro da ordem em que tenham sido eleitos. ARTIGO 21 — O Conselho Fiscal poderá contratar um contador legalmente habilitado para assessorar os seus trabalhos, ficando os honorários desse profissional sujeitos a prévia aprovação da Assembleia Geral. CAPÍTULO V — DO EXERCÍCIO SOCIAL — ARTIGO 22 — O exercício social encerrar-se-á a trinta (30) de junho de cada ano. ARTIGO 23 — No fim de cada exercício social, proceder-se-á, obrigatoriamente, a um inventário geral em todos os valores ativos e passivos da Sociedade para apuração do resultado econômico financeiro do exercício. ARTIGO 24 — Verificando-se lucros nos balanços do Exercício de que trata o artigo anterior, fará a Diretoria a seguinte aplicação desses lucros: — A) destacará a parcela de 5% (cinco por cento) para a Constituição do fundo de reserva legal, a qual não ultrapassará a 20% (vinte por cento) do montante do capital social, e que terá por finalidades as previstas em lei; B) consignar 10% (doze por cento) a título de gratificação a Diretoria ou será dividido igualmente entre os seus membros. Isto quando o dividendo ultrapassar a 6% (seis por cento) do capital; c) O restante, será creditado no título lucros em suspenso, cabendo à Assembleia Geral decidir a sua destinação; d) A Assembleia Geral Ordinária poderá criar outros fundos quando ouvido o Conselho Fiscal. ARTIGO 25 — Os casos omissos nos presentes Estatutos serão resolvidos e regulados pelas disposições legais em vigor. E por assim estarem justos e contratados e se haverem mutuamente obrigado, mandaram lavrar a presente escritura que outorgaram, pediram e aceitaram, e eu, tabelião, aceito em nome de quem mais possa interessar. E lida às partes que a acharam conforme, assinam com as testemunhas presentes, FRANCISCO LAGO NASCIMENTO e ROSENILDO MARQUES FRANCO, brasileiros, meus conhecidos e residentes nesta cidade, do que dou fé. Eu, JOSÉ MARIA ANDRADE, escrevente juramentado, escrevi:

— Eu, ZENO AUGUSTO BASTOS VELOSO, Tabelião Substituto, subscrevo e assino. O Tabelião Substituto ZENO AUGUSTO BASTOS VELOSO. Belém, cinco (05) de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967). (aa) : Por P. DORIVAL MÔNICO BELUCIO. (Testemunhas): FRANCISCO LAGO NASCIMENTO, ROSENILDO MARQUES FRANCO. Passo a transcrever as procurações mencionadas no preâmbulo desta Escritura, as quais são de teores seguintes: — Está impresso o Escudo Nacional — República dos Estados Unidos do Brasil — ESTADO DO PARÁ — COMARCA DE SANTARÉM — CARTÓRIO BENTES VIEIRA 2º Ofício de Notas — MARIA DO CARMO BENTES VIEIRA — Tabelião — duzentos e trinta e sete (237) — Travessa 15 de Novembro — Telefone — duzentos e noventa e seis (296) — PROCURAÇÃO bastante que fazem CESAR SIMÕES RAMALHEIRO e outros. — SAIBAM — quantos virem Este Público Instrumento de Procuração bastante que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e sessenta e sete (1967), aos dezoito (18) dias do mês de junho nesta cidade de Santarém, Comarca do Estado do Pará, em meu Cartório, perante mim, Tabelião, compareceram como outorgantes CESAR SIMÕES RAMALHEIRO, SILVIO DOS SANTOS, portugueses, comerciantes. HALAIDE DUARTE RAMALHEIRO, NÍCIA DA COSTA SANTOS, brasileiras, domésticas, estas com a necessária autorização marital para comerciar, todos maiores, casados, residentes e domiciliados nesta cidade; reconhecidos pelos próprios das duas testemunhas adiante nomeadas e no fim assinadas, e estas de mim, tabelião, do que dou fé, perante as quais por eles me foi dito que por este público instrumento e na melhor forma de Direito nomeavam e constituíam seu bastante Procurador ao Senhor DORIVAL MÔNICO BELUCIO, brasileiro, casado, contabilista, residente e domiciliado na cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, a quem concede poderes especiais para assinar uma Escritura de Constituição de uma Sociedade Anônima denominada Cia. Industrial de Produtos Alimentares de Santarém (CIPASA), podendo o mandatário praticar todos os atos compatíveis com o presente mandato e substabelecer. — E de como assim disseram do que dou fé, lavrei este instrumento, que lhes sendo lido, aceitaram e assinam com as testemunhas Tomé Cordovil Diniz, comerciante, solteiro, maior, e Jaguanhara Acatauassu de Andrade Rodrigues, casado, contabilista, ambos brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade, que também ouviram ler e assinam com os outorgantes, perante mim, ta-

belião, (a) — MARIA DO CARMO BENTES VIEIRA, que fiz esta, subscrevo e assino. A tabelião (a) — MARIA DO CARMO BENTES VIEIRA. Santarém, dezoito (18) de junho de mil novecentos e sessenta e sete (1967). (aa) : CESAR SIMÕES RAMALHEIRO, SILVIO DOS SANTOS, HALAIDE DUARTE RAMALHEIRO, NÍCIA DA COSTA SANTOS. Testemunhas: Tomé Cordovil Diniz — Jaguanhara Acatauassu de Andrade Rodrigues. Nada mais se contém. Traslada na mesma data. Eu, MARIA DO CARMO B. VIEIRA, Tabelião, subscrevi e assino em público e raso. Em testemunho (sinal público) da verdade. Santarém, dezoito (18) de junho de mil novecentos e sessenta e sete (1967). A tabelião MARIA DO CARMO BENTES VIEIRA. ESTÁ IMPRESSO O ESCUDO NACIONAL — REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL — CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO — Tabelião Vitalício — JOÃO DE SOUZA ALHO — SANTARÉM — PARÁ — BRASIL — PROCURAÇÃO — PROCURAÇÃO bastante que fazem FRANCISCO RAIMUNDO COIMBRA LOBATO, sua esposa e outros: — SAIBAM os que este público instrumento de Procuração bastante virem que, no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e sessenta e sete (1967), aos dezoito (18) dias do mês de junho, nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, República do Brasil, em Cartório, perante mim, Tabelião, compareceram como outorgantes FRANCISCO RAIMUNDO COIMBRA LOBATO, sua esposa ELINOR CARMEN DE OLIVEIRA LOBATO; DARIO MENDES COIMBRA e sua esposa dona EUNICE DA COSTA COIMBRA, — todos brasileiros, comerciantes, residentes e domiciliados nesta cidade, reconhecidos como os próprios de mim, Tabelião e pelas duas testemunhas abaixo assinadas, minhas conhecidas, dou fé; perante as quais por eles foi dito que, por este Público Instrumento nomeavam e constituíam seu bastante procurador o cidadão DORIVAL MÔNICO BELUCIO, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado em Belém, Capital deste Estado, a quem conferem os necessários e especiais poderes, para, com esta representá-los em todos os atos da organização e constituição da firma Industrial COMPANHIA INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DE SANTARÉM (CIPASA), com sede e fóro nesta cidade; podendo assinar a constituição da nova firma, quer seja através de escritura pública ou instrumento particular; assinar requerimentos, fazer declarações, exhibir documentos; estipular cláusulas e demais condições que regerão os destinos da empresa a ser constituída; dar e receber quitações, representá-los, ainda,



perante a Junta Comercial do Pará, autoridades e repartições públicas federais, estaduais e municipais, junto as quais o Outorgado poderá interceder e promover atos em defesa dos direitos e interesses dos outorgantes, objetivando o fim indicado neste mandato e substa-belecer. Assim o disseram do que dou fé, e me pediram este instrumento, que lhes li, aceitaram e assinam com as testemunhas abaixo que são: Gilberto Lopes Bastos, do comércio, viúvo, e Gustavo Sirotheau, comerciante, casado, brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade, meus conhecidos que também ouviram ler e assinam com os outorgantes; dou fé. Eu, JOÃO SOUZA ALHO, Tabelião, escrevi, subscrevo e assino. O Tabelião a) JOÃO SOUZA ALHO. Santarém, dezesseis (16) de junho de mil novecentos e sessenta e sete (1967). aa) FRANCISCO RAIMUNDO COIMBRA LOBATO. ELINOR CARMEN DE OLIVEIRA LOBATO. DARIO MENDES COIMBRA. EUNICE DA COSTA COIMBRA. Testemunhas: a) GILBERTO LOPES BASTOS. GUSTAVO SIROTHEAU. Nada mais se continha. Eu, JOÃO DE SOUZA ALHO, Tabelião, datilografei, subscrevo e assino. Em testemunho (sinal público) da verdade. Santarém, dezesseis (16) de junho de mil novecentos e sessenta e sete (1967). O Tabelião JOÃO DE SOUZA ALHO. Era o que se continha em as referidas: ESCRITURA e PROCURAÇÕES, que bem e fielmente fiz trasladar dos aludidos livros, aos quais me reporto na referida data de cinco (05) de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967), para todos os fins de direito. Eu, ZENO AUGUSTO BASTOS VELOSO, Tabelião Substituto, subscrevo e assino em público e raso.

Em testemunho Z.V. da verdade.

Belém, 5 de agosto de 1967. — Zeno Augusto Bastos Veloso, Tabelião Substituto.

— x —  
BANCO DO ESTADO DO PARÁ, S.A. — NCr\$ 30,00 — Pagou os emolumentos na 1ª via na importância de trinta cruzeiros novos. Belém, 8 de agosto de 1967. — a) ilegível.

— x —  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ — Esta Constituição Social em 4 vias foi apresentada no dia 7 de agosto de 1967 e mandada arquivar por despacho do Diretor de 2 do mesmo, contendo oito (8) folhas de ns. 5.963/77, que vão por mim rubricadas com o apelido Tenreiro Aranha de que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o n. 1.480/67. E, para constar, eu, Carmen Celeste Tenreiro Aranha, primeiro oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará, em Belém, 8 de agosto de 1967. — Oscar Faciola, diretor. (Ext. Reg. 1.957 — Dia 11/8/67)

#### FABRICA AMAZÔNIA, PRODUTOS ALIMENTÍCIOS S/A — (FAMASA)

Ata da Assembleia Geral Ordinária de 9 de agosto de 1967.

As oito horas do dia nove de agosto de mil novecentos e sessenta e sete, em sua sede social à Trav. Eloy Simões nº 350, nesta cidade, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária os Acionistas da Fábrica Amazônia, Produtos Alimentícios S/A — FAMASA, após ter sido verificado que o número de Acionistas presentes satisfazia as exigências regulamentares. Assumindo a presidência dos trabalhos o acionista Fortunato Chocron, este convidou para secretariar a sessão, o acionista Wilton de Azevedo Bentes. — Aberta a sessão, o sr. presidente explicou a finalidade da reunião mandando que o sr. Secretário fizesse a leitura da convocação redigida nos seguintes termos: "Fábrica Amazônia, Produtos Alimentícios S/A. — FAMASA, — Assembleia Geral Ordinária 1ª Convocação - Ficam convidados os srs. acionistas de Fábrica Amazônia, Produtos Alimentícios S/A. — FAMASA — para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária em sua sede social, à Trav. Eloy Simões nº 310, nesta cidade, no dia 9 de agosto de 1967 às 8 horas, para os seguintes fins: — a) apreciação do Relatório da Diretoria, Balanço Geral e Demonstração da Conta Lucros e Perdas, referentes ao exercício encerrado em 30-6-67; b) eleição do Conselho Fiscal e sua remuneração; c) o que ocorrer. Óbidos 31 de julho de 1967 (a) Fortunato Chocron — Dir.-Presidente." A seguir foi procedida a leitura do Relatório da Diretoria, Balanço Geral, conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, que postos a apreciação e votação, com a abstenção dos acionistas diretores, foram aprovados pelos demais acionistas. Passando à segunda parte da ordem do dia, o sr. Presidente anunciou que seria procedida a eleição do Conselho Fiscal. Foi suspensa a sessão por 5 minutos para a confecção das cédulas. Reiniciou-se logo após quando se procedeu à votação e apuração tendo sido convidado para escrutinadores, os acionistas Benjamin Hamoy e Felix Hamoy. Depois da contagem dos votos, foi constatado o seguinte resultado: Efetivos: Délio Marinho de Azevedo, Raimundo Lucas de Menezes e Francisco Grijalva Menezes de Barros; Suplentes: Francisco Savino, Benjamin Hamoy e Antonio Pereira de Souza, todos brasileiros e domiciliados nesta cidade, e, que pelo sr. presidente foram empossados. A seguir o Sr. Acionista Valentim Carvalho de Azevedo, propôs que a remuneração do Conselho Fiscal para o exercício que se inicia, fosse o mesmo do exercício anterior, isto é ..... NCr\$ 0,50 (cinquenta centavos) mensais para cada membro efe-

tivo do Conselho. Posta em votação a presente proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade. Passando à terceira parte da ordem do dia, foi dada a palavra a quem dela quisesse fazer uso, como ninguém se manifestasse foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.

Óbidos, 9 de agosto de 1967.

(aa) Fortunato Chocron, Wilton de Azevedo Bentes, Valentim Carvalho de Azevedo, Francisco Grijalva Menezes de Barros, Abraham Fortunato Chocron, Max Chocron, Maria do Carmo Menezes Bentes, Silva & Guimarães, Antonio de Aquino Pin'o, Benjamin Hamoy, Felix Hamoy, Mary Hamoy, Isaac Hamoy, por seus filhos menores Mary Hamoy, Mauro Jorge Hamoy, Maristela Hamoy, Mauricio Hamoy e Benjamin Max de Barros Hamoy

Azevedo & Cia. Ana Maria Tavares Chocron, Wanilda dos Santos Carvalho de Azevedo, Maria Luiza Pinto Bentes, Francisco Savino, Délio Marinho de Azevedo, Salomil Teixeira da Mota, José Carlos Ferrari, Eloy Salatiel Canuto (Reg. n. 1954. Dia 11-8-67)

#### SOBRAI SANTOS S.A. — COMERCIO E INDUSTRIA

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em vinte e quatro de junho de mil novecentos e sessenta e sete.

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e sete, às dezesseis horas, em sua sede social à travessa Padre Eutiquio, número trezentos, sob a presidência do Dr. Octávio Augusto de Bastos Meira, reuniu-se a Assembleia Geral Ordinária de Sobral Santos S.A. — Comércio e Indústria, para deliberar sobre o relatório, balanço, demonstração da conta de "Lucros e Perdas", referentes ao exercício de mil novecentos e sessenta e seis, bem como o parecer do Conselho Fiscal. Verificado pelo livro de Presença a existência de número legal o Dr. Presidente declarou instalados os trabalhos e convidou para secretariá-lo o acionista Arnaldo de Jesus Souza Sobral, que procedeu à leitura do relatório, balanço, demonstração da conta de "Lucros e Perdas" e o parecer do Conselho Fiscal. Submetidos à votação ditos documentos foram aprovados por unanimidade. A seguir, o Dr. Presidente declarou que ia passar à eleição do Presidente da Assembleia Geral e dos membros do Conselho Fis-

cal e seus suplentes, e para isso suspendia a sessão por dez minutos para a confecção das chapas. Reaberta a sessão foram colhidos os votos e designados os acionistas Acácio de Jesus Souza Sobral e América Nazaré Souza Sobral para escrutinadores, sendo afinal aprovado o seguinte resultado: — Conselho Fiscal: — Dr. Paulo Rúbio de Souza Meira, Manoel Joaquim da Silva e Salustiano Vilar da Costa; Suplentes: Dr. Lucival Lobato, Joel Bentes Salgado e Joel Loureiro Neves, todos residentes nesta cidade, sendo reeleito para a Presidência da Assembleia Geral o Dr. Octávio Augusto de Bastos Meira. Dada a palavra a quem dela quisesse fazer uso pelo que o Doutor Presidente, congratulando-se com os presentes pela justiça e retidão de suas decisões e harmonia com que foram apreciados os interesses sociais, agradeceu a presença dos senhores acionistas e declarou encerrada a sessão. E eu, Arnaldo de Jesus Souza Sobral, para constar, lavrei a presente ata que foi lida e aprovada, sendo subscrita por mim e por todos os demais presentes.

(Ext. Reg. 1.963 — Dia 11/8/67)

#### SOBRAI SANTOS S.A. — COMERCIO E INDUSTRIA

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em vinte e quatro de junho de mil novecentos e sessenta e sete.

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e sete, às dezesseis horas em sua sede social à travessa Padre Eutiquio, número trezentos, sobre a presidência do Dr. Octávio Augusto de Bastos Meira, reuniu-se a Assembleia Geral Extraordinária de Sobral Santos S.A. — Comércio e Indústria, para deliberar sobre os pedidos de renúncia do Presidente da Diretoria, acionista Feliciano da Silva Santos e da Sub-Diretora, acionista sra. Ursulina do Rosário Sérgio Santos. Verificado pelo Livro de Presença a existência de número legal, o senhor Dr. Presidente declarou instalados os trabalhos e convidou para secretário o Dr. Antônio Maria de Souza Sobral, que procedeu à leitura dos pedidos de renúncia aqui transcritos:

"Belém-Pará, 17 de junho de 1967.

Ilmo. Sr. Acácio de Jesus Felício Sobral, M.D. Diretor Vice-Presidente de Sobral Santos S.A. — Comércio e Indústria (SOTOSA). Nesta.

Precisando ausentar-me deste Estado, por tempo indeterminado, para tratamento de saúde, a conselho médico, venho, por este meio, solicitar a minha renúncia do cargo de Diretor Presidente dessa digna Sociedade, pedido este que desejo seja encaminhado à Assembleia para os efeitos devidos.

Lamentando a decisão que sou obrigado a tomar, em face do jus-



to motivo exposto, aproveito o ensejo para expressar a Vossa Senhoria, aos srs. Acionistas e Funcionários os meus agradecimentos às atenções dispensadas durante minha gestão, aproveitando a oportunidade para formular votos pelo constante progresso da Sociedade e bem-estar de seus dirigentes.

Sem outro motivo, creia-me sempre amigo atento. obrigado.

**Feliciano Santos.**

Belém, 17 de junho de 1967.  
Ilmo. Sr. Acácio de Jesus Felício Sobral, M.D. Diretor Vice-Presidente de Sobral Santos S/A. — Comércio e Indústria (SOTOSA). Nesta. Cumprimento. — Tendo de ausentarme deste Estado, por tempo indeterminado em companhia de meu esposo Feliciano Silva Santos, para tratamento de saúde a conselho médico, venho por intermédio desta, solicitar a minha renúncia do cargo de Sub-Diretora dessa digna Sociedade, pedido este que desejo seja encaminhado à Assembléia dos senhores acionistas para os efeitos devidos.

Aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Senhoria, aos srs. Acionistas e Funcionários os meus sinceros agradecimentos às atenções que sempre me foram dispensadas, durante minha gestão, como formular votos pelo constante progresso da sociedade e bem-estar de seus dirigentes.

Sinceramente creia-me.

**Ursulina do Rosário Sério Santos.**

Submetidos à votação ditos pedidos foram aprovados por unanimidade. A seguir, o sr. Presidente declarou que ia passar à eleição dos cargos, o que foi feito e apurado, sendo eleito para Presidente da Diretoria o Acionista Acácio de Jesus Felício Sobral e para o cargo de Vice-Presidente o Acionista Acácio de Jesus Souza Sobral.

Posta a palavra à disposição dos presentes, fez uso da mesma o Acionista Arnaldo de Jesus Souza Sobral, agradecendo a colaboração do ex-presidente acionista Feliciano da Silva Santos, o qual deixava uma lacuna no seio da diretoria.

Não mais havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o Dr. Presidente congratulou-se com os demais presentes pela harmonia com a decorrência dos trabalhos e declarou encerrada a sessão. E eu, Antônio Maria de Souza Sobral, para constar, lavrei a presente Ata, que foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes.

(Ext. Reg. 1.964 — Dia 11/8/67)

**MARCOSA S/A. — Máquinas, Representações, Comércio e Indústria**  
**Assembléia Geral Extraordinária**  
**CONVOCAÇÃO**

MARCOSA S/A — Máquinas, Representações, Comércio e Indústria, convoca por este meio, seus acionistas para a Assembléia Geral Extraordinária a rea-

lizar-se no dia 21 de agosto corrente, às 17 horas, na sede da Empresa à Rua Santo Antonio nº 301, a fim de examinar a proposta de alteração dos Estatutos Sociais, de acordo com a recomendação do Banco Central da República e em cumprimento da determinação da Lei nº 4.728 de 14 de julho de 1965.

#### A DIRETORIA

Belém, 10 de agosto de 1967.  
(Reg. n. 1968. Dias 11, 12 e 15-8-67).

#### PROVIMI DA AMAZÔNIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A. CONVOCAÇÃO

Estão por este edital convocados os senhores acionistas da Provimi da Amazônia S/A., Indústria e Comércio, a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, na sede social nesta cidade de Belém, à avenida Serzedelo Corrêa, nº 15, apto. 1502, às 15 horas do dia 18 de agosto do ano em curso, para deliberarem sobre a seguinte matéria:

1) Contas, atos de administração, balanço geral e demonstração da conta de lucros e perdas, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1966, assim como os respectivos Relatório da Diretoria e Parecer do Conselho Fiscal.

Belém, 5 de agosto de 1967.

**Valdir Gomes Barbosa**  
Diretor-Presidente

(Reg. n. 1967. Dias 11, 15 e 17-8-67)

#### SOCIEDADE BENEFICENTE RECREATIVA CENTRO GALAICO

Ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em vinte e oito de julho de mil novecentos e sessenta e sete, em sua sede social, à avenida Nazaré, quinhentos e sessenta e oito, em Belém do Pará.

Aos vinte e oito dias do mês de julho corrente, às vinte e duas horas e quinze minutos em terceira convocatória, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária os associados da Sociedade Beneficente Centro Galaico. Na forma dos Estatutos assumiu a presidência o Sr. Manuel Miguez Godoy, que, verificando a presença de número legal, declarou instalada a reunião e convidou a mim, primeiro secretário, Armando Casqueiro Lourenço para secretariar os trabalhos. Constituída assim a mesa, o Sr. Presidente pediu aos presentes que assinassem o livro de presença, a folha n. 196, o que foi feito, mandando-me a seguir ler a ata da reunião anterior, a qual foi aprovada pelos presentes e assinada pelo Sr. Presidente e por mim primeiro secretário. Em continuação dos trabalhos o sr. Presidente pediu-me para ler também o Edital da Convocação desta Assembléia, publicado no Diário Oficial do Estado, edições de vinte e um, vinte e dois

e vinte e oito do corrente, o que fiz nestes termos:

“Centro Galaico”  
Assembléia Geral Extraordinária.

#### Convocação.

Ficam convocados os srs. associados do Centro Galaico para, reunidos em Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia vinte e oito de julho do corrente, às vinte horas, na sede social, à avenida Nazaré, n. quinhentos e sessenta e oito, a fim de deliberarem a respeito da seguinte ordem do dia:

a) Retificação e Ratificação da ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em cinco de junho findo;

b) Autorização para a Diretoria da Sociedade assinar em favor da Imobiliária e Construtora Americana S/A. — ICASA — a escritura de transferência do imóvel pertencente ao Centro Galaico;

c) O que ocorrer.

Belém, Para, dezoito de julho de mil novecentos e sessenta e sete.

(aa) **Manuel Miguez Godoy**  
Presidente  
**Armando Casqueiro Lourenço**  
1º Secretário.

Após a leitura o sr. Presidente expôs a todos os presentes que já era do conhecimento de todos haver a Assembléia Geral Extraordinária de cinco de junho passado, aprovado por unanimidade a proposta da Imobiliária e Construtora Americana S/A. — ICASA — para a construção no terreno de propriedade da Sociedade de um Edifício residencial em substituição ao existente, consoante ata lavrada na ocasião e integralmente transcrita no Primeiro Ofício do Registro Especial de Títulos e Documentos desta Comarca sob o número quarenta e nove mil oitocentos e trinta e três. Ocorrem porém que a convocação embora nos termos do artigo setenta e um dos Estatutos não foi publicada na imprensa para mais amplo e público conhecimento do objeto da reunião, pelo que resolveu convocar a presente assembléia nos termos do edital acabado de ler, pondo a seguir em discussão a matéria constante dos itens A e B, da ordem do dia. Pedindo a palavra, o associado Manuel Nagarol manifestou-se de pleno acordo com a providência tomada pelo sr. Presidente, e disse acreditar que os presentes, aprovando-a, retificariam a ata de cinco de junho passado e em seguida a ratificariam em todos os seus termos, visto consultar os interesses da Sociedade, devendo também a escritura ser assinada pela diretoria e por maior número de associados.

O mesmo associado sr. Manuel Nagarol pede para que o acabamento dos apartamentos seja de primeira qualidade, fazendo inclusive questão de assinar a venda do Terreno da Sociedade e praticar os demais atos

que se tornarem devidos também.

Como ninguém mais se manifestasse, o Sr. Presidente colocou a proposta em votação, a qual foi aprovada pelos presentes por unanimidade.

Logo a seguir pede a palavra o sr. Secundino Carrera, propondo para que se houvesse a entrada de novos associados que as jóias sejam de NCr\$ 25,00 (vinte e cinco cruzeiros novos) e a mensalidade de NCr\$ 5,00 (cinco cruzeiros novos). Tendo o sr. Presidente colocado em aprovação, o que foi feito em seguida aprovada por unanimidade.

E nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou a sessão às vinte e quatro horas, agradecendo antes a presença dos associados, sendo suspensa a reunião pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata, a qual, depois de reabertos os trabalhos foi lida, aprovada e assinada pelos srs. Presidente e por mim secretário que a lavrei e por todos os associados presentes, cujas assinaturas constam do livro de presença às folhas n. 196.

a) **Manuel Miguez Godoy** — Presidente

a) **Armando Casqueiro Lourenço** — 1º Secretário

a) **Serafim Garcia Sam Miguel**

a) **Jesus Gomes Garcia**

a) **Manuel Justo De Las Yglesias**

a) **José Mendes Blanco**

a) **Antonio Piña Perez**

a) **José Otero Perez**

a) **Manoel Nagarol**

a) **Benigno Puga Rivera**

a) **Jaime Manuel Cerdeira**

a) **José Maria Dopazo Louzado**

a) **Joaquim Secundino Carrera**

a) **Laureano Fernandes**

a) **Manuel Baleige Ribeiro**

a) **Wenceslau Otero Alonso**

a) **José Yglesias y Yglesias**

a) **Alexandre Pinto Cardoso.**

OBS. — Confere com o original às folhas 93 a 95 do livro de Atas de Assembléias Gerais.

Belém, 9 de agosto de 1967.

**Manuel Miguez Godoy**  
Presidente.

— x —

**CARTÓRIO DINIZ** — Recolheço as assinaturas retro de Manuel Miguez Godoy e Armando Casqueiro Lourenço. Esem, 10 de agosto de 1967. Em testemunho J.V.M.C. da verdade.  
— **Jacyntho Vasconcellos Moreira de Castro**, Tab. Vitalício.  
(Ext. Reg. 1.970 — Dia 11/8/67)

#### OSCAR SANTOS NAVEGAÇÃO S/A.

Ata da Assembléia Geral Extraordinária em vinte e quatro de junho de mil novecentos e sessenta e sete.

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e sete, às dezessete horas, em sua sede social à avenida Padre Eutíquio, 300, nesta cidade, reuniu-se a Assembléia



Geral Extraordinária de Oscar Santos Navegação S/A. (OSNAVE). Após constar a existência de número legal de acionistas conforme o Livro de Presença, a Diretora-Presidente da Diretoria, D. América da Cruz Souza Sobral, assumiu a presidência da Assembleia, declarando instalada a reunião e nomeando para secretários os acionistas Antônio Maria de Souza Sobral (Dr.) e Acácio de Souza Sobral.

A seguir, a senhora presidente comunicou aos presentes que a Assembleia tinha por finalidade a apreciação do pedido de renúncia do Diretor Vice-Presidente, senhor Feliciano da Silva Santos, que se encontrava em mãos do senhor presidente, que passou a lê-lo.

Belém, 10 de junho de 1967.

Ilma. Sra. América da Cruz Souza Sobral.

M.D. Diretora Presidente de Oscar Santos Navegação S/A. (OSNAVE).

Nesta.

Cumprimentos.

Tendo de ausentar-me deste Estado, por tempo indeterminado para tratamento de saúde, a conselho médico, venho por este meio, solicitar a minha renúncia do cargo de Diretor Vice-Presidente dessa digna sociedade, pedido este que desejo seja encaminhado à Assembleia dos senhores Acionistas para os fins devidos.

Lamentando a decisão que sou forçado a tomar em face do justo motivo exposto, aproveito o ensejo para expressar a Vossa Senhoria, aos senhores Acionistas e Funcionários, os meus agradecimentos às atenções que sempre me foram dispensadas.

durante a minha gestão, aproveitando esta oportunidade para formular votos pelo constante progresso da Sociedade e bem-estar de seus dirigentes.

Sem outro motivo creia-me Vossa Senhoria, atenciosamente,

a. Feliciano da Silva Santos.

Depois de lido o pedido de renúncia do Diretor Vice-Presidente, foi o mesmo posto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Posta a palavra à disposição tomou uso da mesma o acionista Antônio Maria de Souza Sobral (Dr.), que lamentava a saída do Diretor Vice-Presidente, senhor Feliciano da Silva Santos, que não só devido ao seu estado de saúde, bem como o vácuo que deixava no seio da Diretoria, louvando o seu trabalho, quer como presidente quer como vice, trabalho esse que fez com que a firma estivesse na posição invejável em que se encontra.

Em seguida, a senhora presidente suspendeu a sessão para em seguida reabrir a e se efetuar a eleição do Vice-Presidente que continuara no exercício até às próximas eleições, havendo sido eleito o acionista Arnaldo de Jesus de Souza Sobral, o qual foi imediatamente empossado. Nada mais havendo a tratar e como ninguém se manifestasse, a senhora presidente suspendeu a sessão, pelo tempo necessário para lavar a presente ata, a qual, depois de reabertos os trabalhos, foi lida e aprovada por todos os presentes, sendo assinada por todos.

Belém, 24 de junho de mil novecentos e sessenta e sete.

Ext. Reg. 1.965 — Dia 11/8/67.

que se limite a cobrir o valor das outras apresentadas.

3ª — O concorrente, cuja proposta for considerada a mais favorável, terá o prazo de (quinze) dias para efetuar o pagamento total e promover, de sua conta, a retirada da coisa comprada.

4ª — A Prefeitura reserva-se o direito de anular a presente concorrência, no todo ou em parte.

E, para que não se alegue ignorância vai o presente Edital publicado no Diário Oficial do Estado e nos meios habituais de publicidade deste Município.

Capanema, Pa., 20 (vinte) de julho de 1967.

Hugo Travassos da Rosa  
Prefeito Municipal  
Reg. n. 1956. Dia 11-8-67)

### INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL DO PARÁ (IDESP)

Convênio sobre assessoramento técnico-administrativo, nos termos do art. 6º, alínea e), da Lei n. 3.649, de 27 de janeiro de 1966, que entre si fazem o Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, cuja sigla é IDESP e a Secretaria de Estado do Governo, pelo Escritório de Representação do Estado do Pará na Guanabara, cuja sigla é REPA-RIO, como a seguir vai declarado.

Ao primeiro dia do mês de julho de mil novecentos e sessenta e sete, na sede do Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (IDESP) à Praça da República, Edifício Gualo, 13º andar, nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, compareceram o Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (IDESP) legalmente representado neste ato por seu Secretário Geral, Bacharel Adriano Velloso de Castro Menezes, brasileiro, casado, autoridade competente para empenhar despesas, na forma do disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei n. 3.649, de 27 de janeiro de 1966, e a Secretaria de Estado do Governo a quem é subordinado o Escritório de Representação do Estado do Pará no Rio de Janeiro (REPA-RIO) neste ato representado pelo seu titular, Bacharel Clovis Silva de Moraes Rêgo devidamente autorizado pela Portaria n. 135, de 1 de agosto de 1966, do governador do Estado do Pará, e perante as duas testemunhas abaixo relacionadas, as referidas partes convencionam o seguinte: com fundamento no que dispõe o art. 11, letra g), da Lei n. 3.649, que atribui ao Secretário Geral do IDESP a competência para celebrar convênios, fica estabelecido que o REPA-RIO assume obrigação de bem cumprir o presente convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA — O objeto do presente convênio assim fica definido: O REPA-RIO incumbir-se-á, sem prejuízos de suas responsabilidades, perante o Governo do Estado e outros órgãos a ele vinculados de prestar assessoramento nos assuntos de interesse do IDESP, que tramitem junto às Instituições Públicas ou Privadas, na cidade do Rio de Janeiro.

CLAUSULA SEGUNDA — A execução do convênio e, por conseguinte de quanto foi previsto na Cláusula Primeira, far-se-á dentro do prazo de 12 meses contados de 1 de julho de 1967.

CLAUSULA TERCEIRA — São obrigações do IDESP:

a) o pagamento da importância no montante e na forma prevista na Cláusula Sexta do presente convênio;

b) fornecimento de procuração ou carta de apresentação a fim de que possa o REPA-RIO representar o IDESP perante os órgãos em que agir como representante do mesmo.

CLAUSULA QUARTA — São obrigações do REPA-RIO:

a) execução perante o governo federal e órgãos a ele vinculados e agência de financiamento e desenvolvimento, de serviços de contatos, estudos, levantamentos de caráter técnico, econômico e financeiro, de interesse do IDESP, mediante solicitação da sua Secretaria Geral e de acordo com a programação a ser estabelecida periodicamente;

b) a designação de um assessor especializado para acompanhamento e coordenação dos serviços de interesse do IDESP;

c) o envio periódico ao IDESP de relatórios sobre o andamento dos serviços ou atividades nos limites de suas atribuições.

CLAUSULA QUINTA — Ocorrerá a rescisão do convênio em qualquer dos seguintes casos:

a) se o REPA-RIO deixar de efetuar os serviços definidos na Cláusula Primeira deste convênio;

b) se o IDESP deixar de efetuar o pagamento dos serviços prestados pelo outro contratante, conforme o disposto na cláusula seguinte.

CLAUSULA SEXTA — O REPA-RIO receberá durante todo o prazo contratual para cobertura dos gastos necessários e pagamentos dos serviços realizados a quantia líquida e certa de NCr\$ 15.120,00 (quinze mil cento e vinte cruzeiros novos) entregues da seguinte maneira: em parcelas mensais de NCr\$ 1.260,00 (hum mil duzentos e sessenta cruzeiros novos) vencíveis no último dia útil dos meses de julho de 1967 a julho de 1968.

CLAUSULA SÉTIMA — A despesa decorrente do encargo especificado neste convênio, segundo a Cláusula Sexta correrá à conta dos recursos constantes

## EDITAIS ADMINISTRATIVOS

Estado do Pará  
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
CAPANEMA  
EDITAL DE

CONCORRÊNCIA PÚBLICA.

HUGO TRAVASSOS DA ROSA,  
Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Pará, República do Brasil, usando de suas atribuições legais,

FAZ SABER, aos que o presente Edital virem e a quem mais interessar possa ter a Prefeitura Municipal de Capanema aberto CONCORRÊNCIA PÚBLICA para venda dos materiais adiante relacionados, pertencentes ao acervo do extinto Serviço de Força e Luz da sede do Município, conforme as leis municipais n.ºs 1967, de 8-7-966 e 2044, de 22-4-967 e com autorização da atual concessionária Centrais Elétricas do Pará S/A.

— CELPA:

— 1 — (um) conjugado, motor Diesel marca "Buckeye", 225 HP, 600 RPM, partida a ar comprimido, gerador acoplado de 150kva, 120/150 volts, 3 fases, 40/50 ciclos, excitatriz independente, quadro distribuidor, chaves etc.

— 1 — (um) conjugado Diesel,

marca "Caterpillar", 76,5 HP, 1.200 RPM, n.º 5V5506, mod. D-313, gerador 56,5 kva, trifásico, 110/220 volts, 60 ciclos, desmontado, com falta de peças, no estado.

— 3 — (três) transformadores "General Electric" de 30, 45 e 75 kva, respectivamente, tipo HTS, 50/60 ciclos, B.V. 220/127, A.V. 5700, 8600, 11400 e 13200.

— 2 — (dois) transformadores "Westinghouse", de 10 e 15 kva, respectivamente, tipo 6U 3C-201, 50/60 ciclos, B.V. 120/240, A.V. 2400/4600.

— 1 — (um) transformador

"ITEL PELLIZZARI", de 15kva, tipo E/4-5835, B.V. 220/127 A.V. 12000, 12600 e 13200.

Condições da concorrência:

1ª — As propostas devem ser apresentadas em envelope lacrado e com a indicação "Concorrência Pública — SFL", na sede da Prefeitura Municipal de Capanema, até às 11 horas do dia 21 de Agosto de 1967, sendo logo após abertas, examinadas e julgadas pela Comissão de Concorrência.

2ª — Não será tomada em consideração qualquer proposta



do Orçamento Analítico do IDESP regulamentado pelo Decreto n. 5.376, de 2 de janeiro de 1967 e aprovado pelo Tribunal de Contas pelo Acórdão n. 6.350, de 7 de março de 1967, rubrica 4.0.0.0 Despesas de Capital; 4.1.4.0 Serviços em Regime de Programação Especial.

Parágrafo Único — A importância para a cobertura do ajustado no presente convênio no valor de NCrs 15.120,00 (quinze mil cento e vinte cruzeiros novos) já foi devidamente empenhada, observando-se o disposto no art. 28 da letra a), da Lei n. 3.649, de 27 de janeiro de 1966, pela nota de empenho n. 571 do IDESP de 09 de agosto de 1967.

**CLAUSULA OITAVA** — A celebração deste convênio vai encontrar apoio na Lei n. 3.649 de 27 de janeiro de 1966, pois ele se torna indispensável à execução de sua finalidade.

**CLAUSULA NONA** — Para qualquer ação com fundamento neste convênio, fica eleito o foro da comarca de Belém.

**CLAUSULA DÉCIMA** — Foram rigorosamente respeitadas as disposições do direito comum, quer em relação ao Código Civil Brasileiro, que exige agente capaz, objeto lícito e forma prescrita em Lei, quer em relação ao Regulamento Geral da Contabilidade Pública da União, através das imperativas cláusulas acessórias e excepcionais.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** — O presente convênio não se reputará perfeito sem que tenha sido registrado pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando o IDESP por indenização alguma se o referido órgão denegar o registro.

E por assim estarem justos e contratados, na presença das testemunhas Raymundo Nonnato Moraes de Albuquerque e Luiz Adolpho Fonseca de Azevedo abaixo assinadas, eu, Elame Joanae Suia Freitas, funcionária graduada deste Instituto, lavrei este ato jurídico em Livro próprio, sob n. 1, fls. 69 a 71, com termos de abertura e encerramento e todas as folhas devidamente rubricadas, do qual vão ser extraídas (5) cópias autênticas para os efeitos legais.

Belém, 20 de julho de 1967.

(aa) Pelo Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (IDESP), Dr. Adriano Velloso de Castro Menezes — Membro do Conselho e seu Secretário Geral. Pela Secretaria de Estado do Governo, Prof. Dr. Clovis Silva de Moraes Rêgo — Secretário de Estado do Governo. Testemunhas: Raymundo Nonnato Moraes de Albuquerque, Luiz Adolpho Fonseca de Azevedo.

(G. — Reg. n. 9977 — Dias 11.8.67)

#### Governo do Estado do Pará SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

De ordem do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Educação e Cultura, notifico, pelo presente Edital, Dina Viana Valente do Couto, ocupante do cargo de Professor, Nível 3, do Quadro Único, com exercício no Grupo Escolar do Município de Óbidos, para no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste, no Diário Oficial, reassumir o exercício do seu cargo, sob pena de, findo o mencionado prazo e não sendo feita prova da existência maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão por abandono do seu cargo, nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186, item II, e 205 da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e Municípios).

E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no Diário Oficial do Estado, três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

Divisão do Pessoal do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, em 21 de julho de 1967.

Graciete de Lima Araújo  
Diretor da Divisão do Pessoal  
Aldo Costa e Silva  
Diretor do Departamento de Administração

(G. Reg. n. 9.252 — Dias 25/7, 12/8 e 5/9/67)

#### EDITAL

De ordem do Exmo. Sr. Secretário de Estado de Educação e Cultura, notifico, pelo presente Edital, Zeri Ferreira de Souza, ocupante do cargo de Professor, Nível 1, do Quadro Único, com exercício na Escola do lugar Curumuru, Município de Alenquer, para no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste, no Diário Oficial reassumir o exercício do seu cargo, sob pena de, findo o mencionado prazo e não sendo feita prova da existência maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão por abandono do seu cargo, nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186, item II e 205 da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e Municípios).

E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no Diário Oficial do Estado, três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

Divisão do Pessoal do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, em 27 de julho de 1967.

Graciete de Lima Araújo  
Diretor da Divisão do Pessoal  
Aldo da Costa e Silva  
Diretor do Departamento de Administração

(Reg. n. 9541. Dias 1º, 15 e 31-8-67).

#### EDITAL

De ordem do Exmo. Sr. Secretário de Estado de Educação e Cultura, notifico, pelo presente Edital, Maria Alice de Araújo Cordeiro, ocupante do cargo de Professor Nível 6, do Quadro Único, com exercício no Grupo Escolar Fulgêncio Simões, Município de Alenquer, para no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste, no Diário Oficial, reassumir o exercício do seu cargo, sob pena de, findo o mencionado prazo e não sendo feita prova da existência maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão por abandono do seu cargo, nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186, item II e 205 da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e Municípios).

E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no Diário Oficial do Estado, três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

Divisão do Pessoal do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, em 27 de julho de 1967.

Graciete de Lima Araújo  
Diretor da Divisão do Pessoal  
Aldo da Costa e Silva  
Diretor do Departamento de Administração

(Reg. n. 9540. Dias 1º, 15 e 31-8-67.)

#### EDITAL

De ordem do Exmo. Sr. Secretário de Estado de Educação e Cultura, notifico, pelo presente Edital, Margarida da Silva Medeiros Nogueira, ocupante do cargo de Professor, nível 1, do Quadro Único, com exercício na Escola do lugar Cava dos, Município de Baião, para no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste, no Diário Oficial, reassumir o exercício do seu cargo, sob pena de, findo o mencionado prazo e não sendo feita prova da existência maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão por abandono do seu cargo, nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186, item II e 205 da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e Municípios).

E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no Diário Oficial do Estado, três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

Divisão do Pessoal do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, em 27 de julho de 1967.

Graciete de Lima Araújo  
Diretor da Divisão do Pessoal  
Aldo da Costa e Silva  
Diretor do Departamento de Administração

(Reg. n. 9542. Dias 1º, 15 e 31-8-67).

#### EDITAL

De ordem do Exmo. Sr. Secretário de Estado de Educação e Cultura, notifico, pelo presente Edital, Irete dos Santos Abreu, ocupante do cargo de Servente, nível 2, do Quadro Único, com exercício no Grupo Escolar Professora Antonia Paes da Silva, nesta Capital, para no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste, no Diário Oficial, reassumir o exercício do seu cargo, sob pena de, findo o mencionado prazo e não sendo feita prova da existência maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão por abandono do cargo, nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186, item II e 205 da Lei n. 749 de 24 de dezembro de 1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e Municípios).

E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no Diário Oficial do Estado, três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

Divisão do Pessoal do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, em 26 de julho de 1967.

Graciete de Lima Araújo  
Diretor da Divisão do Pessoal  
Aldo da Costa e Silva  
Diretor do Departamento de Administração

(Reg. n. 9543. Dias 1º, 15 e 31-8-67)

#### EDITAL

De ordem do Exmo. Sr. Secretário de Estado de Educação e Cultura, notifico, pelo presente Edital, Carmen Silva Brasil da Rocha, ocupante do cargo de Professor Nível 6, do Quadro Único, com exercício no Grupo Escolar "Dr. Freitas", nesta Capital, para no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste, no Diário Oficial, reassumir o exercício do seu cargo, sob pena de, findo o mencionado prazo e não sendo feita prova da existência maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão por abandono do seu cargo, nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186, item II e 205 da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e Municípios).

E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no Diário Oficial do Estado, três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

Divisão do Pessoal do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, em 26 de julho de 1967.

Graciete de Lima Araújo  
Diretor da Divisão do Pessoal  
Aldo da Costa e Silva  
Diretor do Departamento de Administração

(Reg. n. 9544. Dias 1º, 15 e 31-8-67)



**EDITAL**

De ordem do Exmo. Sr. Secretário de Estado de Educação e Cultura, notifico, pelo presente Edital, Elza Brazão e Silva de Barros, ocupante do cargo de Professora, Nível 6, do Quadro Único, com exercício no Grupo Escolar "Aureliana Monteiro", no Município de Ponta de Pedras, para no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste, no Diário Oficial, reassumir o exercício do seu cargo, sob pena de findo o mencionado prazo e não sendo feita prova da existência maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão por abandono do seu cargo, nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186, item II e 205 da Lei n.º 749, de 24 de dezembro de 1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado e Municípios).

E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no Diário Oficial do Estado, três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

Divisão do Pessoal do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, em 26 de julho de 1967.

**Graciete de Lima Araújo**  
Diretor da Divisão do Pessoal  
**Aldo da Costa e Silva**  
Diretor do Departamento de Administração  
(Reg. n.º 9545. Dias 1.º, 15 e 31-8-67)

**EDITAL**

De ordem do Exmo. Sr. Secretário de Estado de Educação e Cultura, notifico, pelo presente Edital, Maria Moreira Rodrigues, ocupante do cargo de Professor Nível 1, do Quadro Único, com exercício no Grupo Escolar "Magalhães Barata", Município de São Sebastião da Boa Vista, para no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste, no Diário Oficial, reassumir o exercício do seu cargo, sob pena de findo o mencionado prazo e não sendo feita prova da existência maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão, por abandono do seu cargo, nos termos do artigo 36, combinado com os artigos 186, item II e 205 da Lei n.º 749, de 24 de dezembro de 1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado e Municípios).

E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no Diário Oficial do Estado, três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

Divisão do Pessoal do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, em 27 de julho de 1967.

**Graciete de Lima Araújo**  
Diretor da Divisão do Pessoal  
**Aldo da Costa e Silva**  
Diretor do Departamento de Administração

(Reg. n.º 9546. Dias 1.º, 15 e 31-8-67)

**EDITAL**

De ordem do Exmo. Sr. Secretário de Estado de Educação e Cultura, notifico, pelo presente Edital, Maria Eric Ferreira, ocupante do cargo de Professora, Nível 1, do Quadro Único, com exercício na Escola Auxiliar Mista do lugar Surubiu, Município de Alenquer, para no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste, no Diário Oficial, reassumir o exercício do seu cargo, sob pena de findo o mencionado prazo e não sendo feita prova da existência maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão, por abandono do seu cargo, nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186, item II e 205, da Lei n.º 749, de 24 de dezembro de 1953, (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado e Municípios).

E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no Diário Oficial do Estado, três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

Divisão do Pessoal do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, em 27 de julho de 1967.

**Graciete de Lima Araújo**  
Diretor da Divisão do Pessoal  
**Aldo da Costa e Silva**  
Diretor do Departamento de Administração  
(Reg. n.º 9547. Dias 1.º, 15 e 31-8-67)

**EDITAL**

De ordem do Exmo. Sr. Secretário de Estado de Educação e Cultura, notifico, pelo presente Edital, Hênio João Barbosa Cardoso, ocupante do cargo de "Arquivista", Padrão D, do Quadro Único, com exercício no Colégio Estadual "Paes de Carvalho", nesta Capital, para, no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste, no Diário Oficial, reassumir o exercício do seu cargo, sob pena de findo o mencionado prazo e não sendo feita prova da existência maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão por abandono do seu cargo, nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186, item II e 205 da Lei n.º 749, de 24 de dezembro de 1953, (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado e Municípios).

E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no Diário Oficial do Estado, três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

Divisão do Pessoal do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, em 27 de julho de 1967.

**Graciete de Lima Araújo**  
Diretor da Divisão do Pessoal  
**Aldo da Costa e Silva**  
Diretor do Departamento de Administração

(Reg. n.º 9548. Dias 1.º, 15 e 31-8-67)

**Departamento de Administração****DIVISÃO DO PESSOAL****EDITAL**

Diretor da Divisão do Pessoal  
De ordem do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Educação e Cultura, notifico, pelo presente Edital, Maria Madalena Carvalho, ocupante do cargo de Professor, Nível 1, do Quadro Único, com exercício na Escola do distrito de São João do Araguaia, Município de Marabá, para no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste no Diário Oficial, reassumir o exercício do seu cargo, sob pena de findo o mencionado prazo e não sendo feita prova da existência maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão por abandono do seu cargo, nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186, item II e 205 da Lei n.º 749, de 24 de dezembro de 1953, (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado e Municípios).

E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no Diário Oficial do Estado, três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

Divisão do Pessoal do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, em 28 de julho de 1967.

**Graciete de Lima Araújo**  
Diretor da Divisão do Pessoal  
**Aldo da Costa e Silva**  
Diretor do Departamento de Administração  
(G. — Reg. n.º 9642 — Dias 4, 16 e 31-8-67)

**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA****DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO****DIVISÃO DO PESSOAL****Edital**

De ordem do Exmo. Sr. Secretário de Estado de Educação e Cultura, notifico, pelo presente Edital, Maria Rodrigues de Amorim, ocupante do cargo de Professor, Nível 1, do Quadro Único, com exercício no Grupo Escolar do Município de Bujaru, para no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste no Diário Oficial, reassumir o exercício do seu cargo, sob pena de findo o mencionado prazo e não sendo feita prova da existência maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão por abandono do seu cargo, nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186, item II e 205, da Lei n.º 749, de 24 de dezembro de 1953, (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado e Municípios).

E, para que não se alegue

ignorância, o presente Edital será publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

Divisão do Pessoal do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, em 28 de julho de 1967.

**Graciete de Lima Araújo**  
Diretora da Divisão do Pessoal  
**Aldo da Costa e Silva**  
Diretor do Departamento de Administração

(G. Reg. n.º 9578 — Dias — 3.8.67 a 30.9.67).

**Edital**

De ordem do Exmo. Sr. Secretário de Estado de Educação e Cultura, notifico, pelo presente Edital Ligia Rondo, ocupante do cargo de Professor, Nível 1, do Quadro Único, com exercício no Município de Tomé-Açu, para no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste, no DIÁRIO OFICIAL, reassumir o exercício do seu cargo, sob pena de findo o mencionado prazo e não sendo feita prova da existência maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão, por abandono do seu cargo, nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186, item II e 205 da Lei n.º 749, de 24 de dezembro de 1953, (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado e Municípios).

E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

Divisão do Pessoal do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, em 28 de julho de 1967.

**Graciete de Lima Araújo**  
Diretora da Divisão do Pessoal  
**Aldo da Costa e Silva**  
Diretor do Departamento de Administração

(G. Reg. n.º 9579 — Dias — 3.8.67 a 30.9.67).



**Edital**

De ordem do Exmo. Sr. Secretário de Estado de Educação e Cultura, notifico, pelo presente Edital, Osmarina Brasilino da Silva, ocupante do cargo de Professor, Nível 1, do Quadro Único, com exercício na Escola do lugar Atuca, Município de Alcairim, para no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste, no DIÁRIO OFICIAL, reassumir o exercício do seu cargo, sob pena de findo o mencionado prazo e não sendo feita prova da existência maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão por abandono do seu cargo, nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186, item II e 205, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953. (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e Municípios).

E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

Divisão do Pessoal do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, em 28 de julho de 1967.

*Graciete de Lima Araújo*  
Diretora da Divisão  
do Pessoal

*Aldo da Costa e Silva*  
Diretor do Departamento  
de Administração  
(C. Reg. n. 9580 — Dias —  
3.8.67 a 30.9.67).

**Edital**

De ordem do Exmo. Sr. Secretário de Estado de Educação e Cultura, notifico, pelo presente Edital, Darcy Eiko Ohuma, ocupante do cargo de Professor, Nível 3, do Quadro Único, com exercício no Grupo Escolar de Quatro-Bocas, Município de Tomé-Açu, para no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste, no DIÁRIO OFICIAL, reassumir o exercício do seu cargo, sob pena de findo o mencionado prazo e não sendo feita prova da existência maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão, por abandono do seu cargo, nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186, item II e 205 da Lei n. 749, de 24 de dezembro

de 1953. (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado e Municípios).

E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

Divisão do Pessoal do Departamento de Administração

da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, em 28 de julho de 1967.

*Graciete de Lima Araújo*  
Diretora da Divisão  
do Pessoal

*Aldo da Costa e Silva*  
Diretor do Departamento  
de Administração  
(C. Reg. n. 9577 — Dias —  
3.8.67 a 30.9.67).

a contar da publicação deste o petítório de Recurso Extraordinário da Capital — Recorrente: Fábrica União, Indústria e Comércio S/A. (advogado doutor Manoel Tocantins Lobato); e, Recorrido: Mendes Pires & Cia., (advogado doutor Wilson Souza) a fim de ser o dito petítório impugnado dentro no referido prazo.

Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, aos sete dias do mês de agosto de mil novecentos e sessenta e sete .. (1967).

Olyntho Toscano, Escrivão

(Reg. n. 9827. Dia 11-8-67)

**COMARCA DA CAPITAL**  
**Citação**

O Doutor Walter Bezerra Falcão, Juiz de Direito da 4a. Vara, no exercício culatoriamente da 3a. Vara de Ausente e Interditos da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, etc.

Faz saber aos que o presente edital virem ou dêle conhecimento tiverem (expedido nos autos número 1013, de "arrecadação" dos bens deixados pela finada Gregoria Nascimento da Costa, que se processa perante este Juízo e cartório do 1o. Ofício de Orfãos, Ausentes e Interditos), que tendo sido ultimada a arrecadação dos bens deixados por Gregoria Nascimento da Costa, falecida nesta cidade, à travessa Barão do Triunfo, número 2263, aos dezanove (19) de fevereiro do ano corrente (1967), no estado de viúva, sem ter deixado herdeiros notoriamente conhecidos, nem testamento, pelo presente edital, que será afixado na sede deste Juízo, no lugar do costume e, por cópia, publicado três (3) vezes, com intervalo de trinta (30) dias, cita os herdeiros, sucessores e credores da "de-cujos" para, no prazo de seis (6) meses, que correrá da cesso referido, cujos bens foram entregues ao curador a herança Doutor Ruy Mendonça. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos quatro (4) dias do mês de julho do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967). Eu (a) Moacyr Santiago, escrivão do feito, este datilografei e subscrevi. (a) Walter Bezerra Falcão, Juiz de Direito.

VISTO

(aa) Walter Bezerra Falcão  
Juiz de Direito  
Confere  
*Moacyr Santiago*  
Escrivão do Feito

(C. Reg. n. 8499 — Dias —  
7.7.67 — 8.9.67 e 7.11.67).

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL**

**Tribunal Regional Eleitoral do Pará**

**CARTÓRIO ELEITORAL DA 30ª ZONA DE BELÉM**

**EDITAL — 2ª Via nº 13**

De ordem do MM. Juiz Eleitoral da 30ª Zona, de Belém, faço público a quem interessar possa, que requereram 2ª via de títulos os seguintes: — Raimundo Ivan Marques Corrêa, Benigno Miranda do Espírito Santo, Silvino Antonio Furtado, Raimundo do Rosário Machado, João Nascimento Silva. Dado e passado neste Cartório da 30ª Zona de Belém, Estado do Pará, ao 1º dia do mês de agosto de mil novecentos e sessenta e sete.

*Rose-May Patriarcha*  
Chefe da 30ª Zona Eleitoral  
de Belém-Pará.  
(Reg. n. 9819. Dia 11-8-67)

**EDITAL Nº 14 — 2ª VIA**

De ordem do MM. Juiz Eleitoral da 30ª Zona, de Belém, Estado do Pará, faço público a quem interessar possa que requereram segunda via de seus títulos os seguintes: Américo Avelino dos Santos Nóvoa, Raimunda Saraiva Moura da Conceição, Benedita dos Santos Lira, — Indeferidos: — José Manoel Pereira de Lima. Dado e passado neste Cartório eleitoral da 30ª Zona de Belém, Estado do Pará, aos sete dias do mês de agosto de 1967.

*Rose-May Patriarcha*  
Chefe da 30ª Zona Eleitoral de Belém.  
(Reg. n. 9818. Dia 11-8-67)

**EDITAIS JUDICIAIS****PROTESTO DE LETRAS**

Em virtude de recusar a "Intimação e Notificação" de protesto, faço saber por este edital à firma Imp. e Exp. Mista Ltda., estabelecida à Praça da Bandeira, 54, nesta cidade, que foi apresentada em meu cartório à Trav. Campos Sales, 184 1º andar salas 2-4, da parte do Banco do Brasil S/A., para apontamento e protesto por falta de aceite e pagamento a duplicata de conta mercantil nº 39/2332, vencida em 28-7-67, no valor de trezentos e setenta e cinco cruzeiros novos e oitenta e sete centavos (NCR\$ 375,87), por Vv. Ss., não aceita e não paga, a favor de Cia. Vinícola Riograndense, e os intimo e notifico ou a quem legalmente os representem para pagar ou dar a razão porque não pagam a dita duplicata de conta mercantil, ficando Vv. Ss., cientes desde já, de que o protesto respectivo será lavrado e assinado dentro do prazo legal.

Belém, 8 de agosto de 1967

(a) — Isa Veiga de Miranda Corrêa — Oficial do Protesto de Letras — 1º Ofício.

(T. n. 13198. — Reg. n. 1966. Dia 11-8-67).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**ANÚNCIOS DE JULGAMENTOS DA 1ª CAMARA CIVEL**

Faço público, para conhecimento de quem interessar possa, sue, pelo Ecm. sr. desembargador Presidente das Câmaras do Tribunal de Justiça, foi designado o dia 15 de agosto corrente, para o julgamento, pela 1ª Câmara Cível, dos seguintes feitos.

Apelação Cível da Capital — Apelantes: Ida Rosa Machado, Corina Rosa Machado e a firma H. Gonçalves & Irmão. — Apelados: Os mesmos. Relator: Des. Alvaro Pantoja.

Idem, Idem, da Capital — Apelante: Benedito José da Cruz, Apelado: — Fausto Augusto dos Santos. Relator: — Des. Alvaro Pantoja.

Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Belém, 9 de agosto de 1967.

*LUÍS FARIA*  
Secretário do T.J.E.  
(Reg. n. 9822. Dia 11-8-67).

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**EDITAL**

Faço público para conhecimento de quem interessar possa que, se encontra em Cartório, pelo prazo de três (3) dias,





REPÚBLICA DO BRASIL

# Diário da Justiça

ESTADO DO PARÁ

ANO XXX

BELEM — SEXTA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 1967

NUM. 5.592

PORTARIA Nº 6/67 — 7 DE AGOSTO DE 1967

A doutora Lygia Simão Luiz Oliveira, Juíza Substituta do Trabalho, em exercício na 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, no uso de suas atribuições legais, etc.

CONSIDERANDO que esta 1ª Junta continua se ressentindo de falta de funcionários, e os serviços da Secretaria cada vez mais desdobrados;

CONSIDERANDO que os serviços de Fichários e Arquivamentos de processos encontram-se em atraso, a partir de março de 1967;

RESOLVE, de acordo com o item II, combinado com os §§ 1º e 2º do art. 150 da lei 1.711, de 28-10-52, e obedecendo às determinações do Decreto nº 5.662, de 27-12-1939, antecipar de duas horas o serviço dos funcionários Amélia Aldina Matos Zygmantas e José Severo de Sousa, Oficiais Judiciais PJ-5, lotados e em exercício nesta 1ª Junta, no período de 8 de agosto corrente a 31 de outubro p. vindouro, para executarem os serviços de Fichários e Arquivamento de processos desta 1ª Junta, a partir de março de 1967.

Dê-se ciência. Cumpra-se e Publique-se.

Lygia Simão Luiz Oliveira  
Juíza Substituta do Trabalho, —  
em exercício nesta 1ª J.C.J.  
(Reg. n. 9910. Dia 11-8-67)

## JUSTIÇA DO TRABALHO

### 3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO — DE BELEM

Edital de 1ª Praça, com prazo de vinte (20) dias, para venda e arrematação de bens penhorados na execução movida por David Lira Chagas, contra Olavo F. Cardoso, Importação e Exportação, Proc. n. 3ª JCJ-163/67.

A Doutora Juíza do Trabalho Substituta, presidente da 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém:

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele notícia tiverem que, no dia 5

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

de setembro, às 15 horas, na sede desta Junta, à Travessa Campos Sales, nº 370, serão levados a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer o maior lance, acima da avaliação os bens penhorados na execução movida por David Lira Chagas, contra Olavo F. Cardoso, Importação e Exportação bens esses encontrados à Rua Rui Barbosa, (Dep. Público do 1º Ofício) e que são os seguintes:

Hum (1) automóvel marca "Chevrolet", tipo "Bel-Air", de 6 cilindros modelo 1957, americano, com 4 portas, cores azul e creme, chapa particular nº 72-19, no estado em que se encontra, não possuindo a chave de ignição (contato), as rodas desprovidas de calotas, ferrugem na lataria (parte traseira), motor sem funcionar, faltando algumas peças, avaliado em um mil e trezentos cruzeiros novos (NCRs 1.300.00). Um (1) cofre de ferro, no estado, avaliado em cento e trinta cruzeiros novos (NCRs 130.00). Hum (1) arquivo de aço, com 4 gavetas, marca "Vetro-Mobil", no estado, avaliado em oitenta cruzeiros novos (NCRs 80.00). Hum (1) Compressor de ar, com motor elétrico, no estado, avaliado em duzentos cruzeiros novos (NCRs 200.00).

— Quem pretender arrematar ditos bens, deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (vinte por cento) de seu valor. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente edital, que será publicado no "Diário da Justiça", e afixado no lugar do costume, na sede desta Junta, Belém, em 3 de agosto de 1967. Eu, José Alexandre de Mello Jr., datilografar, e eu, Carmen Moura Chagas, Chefe de Secretaria subscrevo.

a) Lygia Simão Luiz Oliveira  
Juíza Substituta do Trabalho

(Reg. n. 9815. Dia 11-8-67)

## Justiça do Trabalho da 8ª Região

### 1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELEM EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente edital fica notificada a firma QUEIROZ REPRESENTAÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., reclamada nos processos números 13JCJ-146/65 e anexos, em que são reclamantes Waldomiro Rodrigues Mendes e outros, para ciência de que foi interposto recurso de embargos de terceiro no supra-mencionado processo por Raimundo Oséas da Costa e Cipriano Pio da Costa, pelo que

tem o prazo de cinco (5) dias para, como recorrido, arrazoar o recurso.

— E, para chegar ao conhecimento da firma interessada é passado o presente edital, que será publicado pela Imprensa Oficial do Estado e afixado no lugar de costume, na sede desta Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém. Em, 7 de agosto de 1967. Eu, Eliette Chaves Mattos (Oficial Judiciário PJ-7), lavrei o presente termo. E eu, Cirene Alba de Oliveira e Silva, Chefe de Secretaria, subscrevi.

O JUIZ: Lygia Simão Luiz Oliveira — Juíza Substituta do Trabalho, no ex. da Presidência da 1ª JCJ de Belém.

(Reg. n. 9909. Dia 11-8-67)

## EDITAIS JUDICIAIS

### COMARCA DA CAPITAL CITAÇÃO PELO PRAZO DE VINTE (20) DIAS

O doutor Miguel Antunes Carneiro, Juiz de Direito da 7ª Vara, da Comarca da Capital do Estado do Pará, etc.

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, pelo presente fica citada a senhora ODETE BORGES SAMPAIO, brasileira, casada, que se encontra em lugar incerto e não sabido, com o prazo de vinte (20) dias para responder aos termos da ação de desquite litigioso que se processa neste Juízo, movida por RUY VILLAR DE LIMA SAMPAIO, brasileiro, contabilista, residente e domiciliado nesta cidade, podendo contestá-la, sob pena de revelia no prazo de dez (10) dias, que correrá em cartório, após a terminação do prazo do edital, nos termos e de acordo com o despacho do doutor Juiz prolatado nos autos às fls. 14v., cujo teor do mesmo é o seguinte: — Cite-se a ré, mediante edital com o prazo de 20 dias, para contestar o pedido querendo, observadas as formalidades legais. Diga o M. P. Belém, 30 de junho de 1967. Miguel Antunes Carneiro. — E para que chegue ao conhecimento de todos e não possam de futuro, alegar ignorância, será o

presente publicado pela imprensa e afixado no lugar de costume, pelo qual ficará citada a senhora ODETE BORGES SAMPAIO. — Dado e passado nesta cidade de Belém do Pará, aos 07 dias do mês de agosto de 1967. Eu, Antônio Ismael de Castro Sarmento, escrevente juramentado, no impedimento eventual da escrivã o escrevi. — (a) Dr. Miguel Antunes Carneiro, Juiz de Direito da Sétima Vara.

(Ext. Reg. 1.961 — Dia 11-8-67)

## EDITAL

Faço público, para conhecimento de quem interessar possa, que estão neste Cartório, na Secretaria do Tribunal de Justiça, com vista ao embargo, pelo prazo de cinco (5) dias, a contar da publicação deste, os autos de Embargos Cíveis da Capital, sendo embargante, Acácio de Jesus Felício Sobral, por seu advogado Dr. Cécil Meira, e embargado, Vicente de Paula Marçal, a fim de serem impugnados, por seu procurador judicial Dr. Aristides Medeiros, dentro do referido prazo.

Dado e passado nesta Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado, Belém, aos 7 dias de agosto de 1967.

WILSON RABELO — Escrivão.  
(Reg. n. 9820. Dia 11-8-67).